

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 012 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO JOAQUIM SUCENA (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ALENCAR SOARES (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Em nome do povo mato-grossense, havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o nobre Deputado Alencar Soares para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE MARÇO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofícios nºs 1117/01, do Superintendente Estadual do Banco do Brasil; - 204/01, do Chefe do 11º Distrito Rodoviário Federal, 010/01, da Deputada Federal Teté Bezerra, - 17205, 17202, 17207, 16967/01, da TELEMAT Brasil Telecom, e 755/00 e 078/01, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados."

E, ainda: "Ofício Nº 107/01, datado em Cuiabá, 09 de março de 2001, do Sr. Aparecido Alves de Oliveira, Sr. Diretor-Presidente do INTERMAT, ao Exmº Sr. Deputado Humberto Bosaipo, Md. Presidente da Assembléia Legislativa.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme artigos 327 e 323, XXII da Constituição Estadual de Mato Grosso, encaminhamos o processo de Regularização de Ocupação abaixo elencado:

ITEM	Nº PROCESSO	INTERESSADO
01	17.39.50.809/03-2001.E	Constantino Malaguido
02	20.4.36.311/11-2000.E	Alonso Alves Pereira

Colocando-nos à disposição dessa Casa de Leis, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Atenciosamente,
Aparecido Alves de Oliveira
Presidente do INTERMAT”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. (PAUSA) Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Pares, para apresentar dois Projetos de Lei de nossa autoria:

1º) PROJETO DE LEI:

Torna obrigatória a aquisição de remédios genéricos pela Rede Estadual de Saúde e obriga os médicos da Rede Pública Estadual a receitarem medicamentos através do seu nome genérico.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A Secretaria Estadual de Saúde e todas as suas unidades ficam obrigadas a priorizar, em suas licitações, a compra de medicamentos genéricos, seus equivalentes e substâncias ativas.

Parágrafo único Sempre que houver algum tipo do medicamento referido *caput* deste artigo disponível no mercado, a Secretaria Estadual de Saúde e as suas unidades ficam impedidas de adquirir outro medicamento equivalente por preço superior.

Art. 2º Ficam os médicos integrantes da Rede Pública Estadual obrigados a, sempre que possível, receitar medicamentos através do seu nome genérico e/ou substâncias ativas.

Art. 3º O não atendimento ao disposto no artigo 2º desta lei sujeitará o responsável a responder a inquérito administrativo, a cargo da Secretaria Estadual de Saúde, aplicando-se-lhe as penalidades previstas na legislação, por falta de cumprimento dos deveres do seu cargo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

É público e notório que o preço dos remédios de laboratórios por nomes e marcas comerciais, são mais altos, em razão dos gastos publicitários em que incorre a indústria e em função do apelo ao consumidor decorrente das técnicas de *marketing*.

O poder público brasileiro tem lutado contra abusos da indústria farmacêutica no preço dos remédios, através da tentativa de popularização do nome genérico das substâncias ativas que compõe cada medicamento.

Não se pode admitir, sim, que nas licitações e/ou compras diretas de medicamentos, a Administração Pública deixe de priorizar a aquisição do remédio genérico, quando esta alternativa se apresente economicamente mais vantajosa. É preciso, também, que os remédios da Rede Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

receitem sempre que possível, remédios à população através de seu nome genérico ou substância ativa, evitando o remédio de nome comercial.

Com o objetivo, portanto, de baratear a aquisição de remédios pela Administração Pública, incentivar a proliferação de remédios com nomes genéricos e facilitar o acesso da população, especialmente a mais carente, aos remédios mais baratos, é que propomos esta Lei.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

2º) PROJETO DE LEI:

Torna obrigatória a inclusão, no Programa de Disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, de estudos sobre o uso de drogas e dependência química.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É obrigatório o estudo da dependência química e das consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso de drogas como parte do programa das disciplinas constantes no núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação, para o ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do Estado.

§ 1º Os setores de Supervisão e Orientação Escolar de Ensino poderão convidar especialistas para fazer conferências, palestras e simpósios, e representantes de entidades e núcleos especializados existentes no Estado, para prestar depoimentos e relatar experiências, bem como realizar outras atividades relacionadas com o assunto.

§ 2º A Secretaria de Estado da Saúde colocará à disposição dos estabelecimentos de ensino os meios e recursos ao seu alcance para a realização das atividades mencionadas no § 1º, consideradas de relevante interesse público.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Visando dar amplitude de compreensão e conhecimento básico no que diz respeito à dependência química com consequências sociais e fisiológicas, é que apresento aos nobres Pares o projeto em pauta, para apreciação e posterior aprovação, na certeza que todos se preocupam com o futuro dos jovens de nosso Estado, e com esta aprovação, o jovem estudante terá conhecimento dos malefícios causados por dependência química, estando preparado para evitar o consumo e uso de drogas, com isso, formando homens de mentes sãs, em busca de um futuro promissor.

Esta é, portanto, a justificativa mais que justa, para a apresentação deste projeto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

Eram as duas proposições que tínhamos para esta noite, Sr. Presidente, e, quando da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

votação dos projetos, nós vamos poder debater com muita profundidade a relevância, a importância e a extensão social dessas duas propostas que ora apresentamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, boa-noite a Vossa Excelência, boa-noite para o Deputado J. Barreto, Deputado Alencar Soares e a todos que se encontram presentes.

Estou muito à vontade sob o seu comando, e espero que não seja tão duro e rígido, quanto o comando do Deputado Humberto Bosaipo, que tem sido muito pronto.

Sr. Presidente, eu quero apresentar um Requerimento sobre um assunto de relevância e que já foi objeto de discussão aqui no Plenário da nossa Assembléia Legislativa. Trata-se de um Requerimento para que a Mesa possa tornar exequível uma audiência pública sobre a divisão do Estado de Mato Grosso.

1º) REQUERIMENTO: O Deputado Gilney Viana, de acordo com os termos regimentais, requer, após ouvido o soberano Plenário, a realização de uma audiência pública, em data e horário a serem definidos, para debater sobre o Projeto de criação do Estado do Araguaia, em discussão no Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

Está em curso no Congresso Nacional o Projeto de criação do Estado do Araguaia, a partir da divisão do Estado de Mato Grosso. É de fundamental importância o debate sobre o tema em tela, pois é através dele que a sociedade terá a oportunidade de conhecer o processo, saber suas razões e qual a sua importância, podendo assim posicionar-se frente ao mesmo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares em 13 de março de 2001.

Deputado GILNEY VIANA - PT

Eu acho que nós não devemos fechar os olhos para a demanda de uma população que é muito grande, com uma região maior ainda do que a população, muito rica em biodiversidade, patrimônio genético, potencial energético e muitas coisas importantes para a humanidade, maior do que a população, às vezes, percebe o seu intuito de curto prazo.

Então, este Requerimento, eu queria apresentar em parceria com o Deputado Silval Barbosa, tínhamos nos comprometido nisso. Infelizmente, ele ainda não se fez presente, talvez esteja agitando esse tema lá no Nortão, mas eu falo simbolicamente em seu nome também, porque ele está de acordo.

Eu quero, Sr. Presidente, que a Mesa assuma a realização dessa audiência e talvez, até mais de uma audiência, porque eu me sinto também um pouco desconfortável em discutir esse assunto e, assim, eu gostaria de transferir - essa é a opinião dos companheiros -, para os nossos Pares, porque existe muita gente do PT que é favorável! Existe companheiros e companheiras do PT que são favoráveis!

Então, nós precisamos fazer aqui um debate para o qual nós possamos trazer o contra e o a favor, porque é uma reflexão muito profunda do tema.

Eu gostaria, Sr. Presidente, com o seu beneplácito, que Vossa Excelência desse o devido encaminhamento e me proponho a me inscrever para abordar um outro assunto mais adiante, se for o caso, pela Liderança do PT, porque algumas pessoas interessadas que se dispuseram a vir aqui...

(O SR. PRESIDENTE JOAQUIM SUCENA FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO).

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, eu agradeço a aquiescência de Vossa Excelência.

Eu queria aqui fazer um registro e pedir uma pronta ação da douda Mesa Diretora desta Casa, com relação a alguns Expedientes que eu tenho recebido em meu gabinete, da TELEMAT/Brasil/TELECOM e que agora eu estou vendo, após ser lido na primeira parte do Pequeno Expediente, um Expediente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, em resposta a uma Indicação de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, solicitando a instalação de terminais telefônicos individuais no Distrito de Nova Galiléia, no Município de Rondonópolis. Por algumas vezes, por exemplo, há cerca de duas semanas, eu estive visitando a comunidade de Aldeia, no Município de Acorizal. Eu solicitei, por ofício, pedi audiência à TELEMAT/Brasil/TELECOM, que fizesse uma extensão e levasse a telefonia para aquela comunidade.

E eles insistem, Sr. Presidente, em responder para esta Casa sem a devida assinatura da Diretoria ou do responsável. Eu acho uma falta de respeito para com esta Casa e até não tem como o Deputado comunicar ou prestar esclarecimentos a sua base, pois recebe um documento que não vem com a devida assinatura. O fato já ocorreu por duas vezes comigo e, agora, com o Deputado Zé Carlos do Pátio, que o fez oficialmente no Plenário desta Casa, em Sessão Ordinária.

Eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência, ao Presidente da Casa, Deputado Humberto Bosaipo, porque parecem detalhes algumas chamadas de atenção que damos aqui com relação à boa convivência com os Deputados Estaduais, mas para nós, que fazemos política, que assumimos compromissos públicos, é de fundamental importância a veracidade, a legitimidade, de um documento oficial.

Então, eu peço que esta Casa, através da nossa Presidência, entre em contato com a Diretoria da TELEMAT Brasil/TELECOM, porque o bê-a-bá da boa conduta, da boa convivência é, pelo menos, assinar os documentos que respondem a um Deputado Estadual. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Esta Presidência informa ao Deputado Emanuel Pinheiro que encaminhará expediente solicitando aquilo que foi aqui exposto, para que a TELEMAT possa, de qualquer maneira, começar a fazer os encaminhamentos de respostas através de ofícios nominados.

Com a palavra, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendendo solicitação dos Vereadores e do Prefeito de Barão de Melgaço, nós estivemos hoje no Município para comemorarmos, juntamente com aquela comunidade, os 47 anos de emancipação política do Município de Barão de Melgaço.

E, Sr. Presidente, nós estivemos lá com o Secretário de Educação, onde fizemos várias reinaugurações - inclusive com o representante do Deputado Eliene - de escolas, quadras, enfim... E viemos com uma reivindicação para a qual vamos apresentar Indicações de minha autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a urgente necessidade da aquisição de uma embarcação para o transportes fluvial de estudantes da região ribeirinha do Município de Barão de Melgaço.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, a urgente necessidade da aquisição de uma embarcação para o transporte fluvial de estudantes da região ribeirinha do Município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

As comunidades de Barão de Melgaço localizam-se, muitas delas, às margens do Rio Cuiabá, e têm como meio de transporte embarcações nem sempre com dispositivos de segurança que possam transportar, adequadamente, a clientela estudantil.

Com 90 alunos ribeirinhos, matriculados nas escolas da sede do Município, torna-se um imperativo necessário que este pleito seja efetivado, posto que estaremos evitando os transtornos comuns que, por vezes, impossibilitam este deslocamento, como também combatendo as conseqüências nocivas causadoras do famigerado baixo rendimento escolar.

Face à legitimidade da propositura, esperamos o apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado Roberto Nunes - PSDB

2ª) Indica ao Ilmº Sr. Presidente da TELEMAT/SA a urgente necessidade de instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Buritizal, no Município de Barão de Melgaço.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT S/A, mostrando a urgente necessidade de instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Buritizal, no Município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o que ouvimos daquela comunidade e pelo que já constatamos *in loco*, achamos mais justa esta reivindicação.

A necessidade da comunicação no mundo de hoje é um fato concreto e as comunidades desprovidas desse sistema ficam alijadas do processo desenvolvimentista como um todo, correndo o risco de estagnarem-se no tempo.

Neste particular, a situação da localidade de Buritizal é desconfortável, pois não conta com um sistema telefônico à altura de suas necessidades.

Apostando na política e no dinamismo do Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEMAT S/A, apresentamos esta Indicação que, ao ser priorizada, trará reconhecido benefício àquela Comunidade.

Face à legitimidade da propositura, esperamos o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado Roberto Nunes - PSDB

3ª) Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, a urgente necessidade da construção de um poço artesiano para atender a localidade de Buritizal, no Município de Barão de Melgaço.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, a urgente necessidade da construção de um poço artesiano para atender a localidade de Buritizal, no município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

Buritizal localiza-se a 15Km da sede do Município de Barão de Melgaço, congrega aproximadamente 50 famílias que usam águas de cacimba e cisterna para as suas necessidades. Dotar aquela comunidade de água de boa qualidade é extremamente importante, vez que evita conseqüências desastrosas causadas nas verminoses e outras doenças hídricas.

A construção de um poço artesiano naquela comunidade, além de ser altamente saudável, facilitará os trabalhos das donas de casa no seu dia-a-dia, além de se constituir investimento na prevenção de doenças nas crianças em idade de crescimento.

Face a legitimidade da propositura e esperando o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado Roberto Nunes - PSDB

4ª) Indica ao Ilmº Sr. Presidente da TELEMAT S/A, a urgente necessidade de instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade da Usina Hidrelétrica III, no Distrito de Rio da Casca, no Município de Chapada dos Guimarães.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT S/A, a urgente necessidade de instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade da Usina Hidrelétrica III, no Distrito de Rio da Casca, no Município de Chapada dos Guimarães.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o que ouvimos daquela comunidade, e pelo que já constatamos *in loco*, achamos mais justa esta reivindicação.

A necessidade da comunicação no mundo de hoje é um fato concreto e as comunidades desprovidas desse sistema ficam alijadas do processo desenvolvimentista como um todo, correndo o risco de estagnarem-se no tempo.

Apostando na política, e no dinamismo do Exmº Sr. Presidente da TELEMAT S/A, apresentamos esta indicação que, ao ser priorizada, trará reconhecido benefício àquela Comunidade.

Face a legitimidade da propositura e esperando o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado Roberto Nunes - PSDB

5ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde a necessidade da aquisição de uma unidade médica móvel para atender o Município de Nossa Senhora do Livramento e adjacências.

Com base na Resolução nº 18/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado com cópias

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade da aquisição de uma unidade médica móvel para atender o Município de Nossa Senhora do Livramento e adjacências.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nossa Senhora do Livramento possui uma área de 5.247,3 Km², com uma população de 12.141 habitantes, distribuída na sede, distritos e comunidades, de forma bastante dispersa.

Desenvolver uma política de saúde pública através de uma unidade móvel é extremamente importante, não só pelo fato de descentralizar o atendimento no posto da sede, como também pelas ações individuais e coletivas, que serão desenvolvidas na promoção, prevenção e recuperação da saúde de seus munícipes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado Roberto Nunes - PSDB

6ª) Indica ao Ilmº Sr. Presidente da TELEMAT S/A a urgente necessidade de instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada na localidade de Mata Grande, no Município de Chapada dos Guimarães.

Com base na Resolução nº 18/91, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT S/A, a urgente necessidade de instalação de telefone público comunitário (orelhão), com dispositivo de chamada, na localidade de Mata Grande, no Município de Chapada dos Guimarães.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o que ouvimos daquela comunidade, e pelo que já constatamos *in loco*, achamos mais justa esta reivindicação.

A necessidade da comunicação no mundo de hoje é um fato concreto e as comunidades desprovidas desse sistema ficam alijadas do processo desenvolvimentista como um todo, correndo o risco de estagnarem-se no tempo.

Neste particular, a situação da localidade de Mata Grande é desconfortável, pois existe aproximadamente 120 famílias desprovidas deste imperativo básico de consumo.

Apostando na política, e no dinamismo do Ilmº Sr. Presidente da TELEMAT S/A, apresentamos esta indicação que, ao ser priorizada, trará reconhecido benefício àquela Comunidade.

Face a legitimidade da propositura e esperando o apoio dos Nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado Roberto Nunes - PSDB

Sr. Presidente, eu quero sugerir ao Deputado Gilney Viana que se crie aqui uma Comissão Permanente para possamos acompanhar bem de perto a questão da divisão de Mato Grosso.

O Sr. Gilney Viana (FALA DA SUA BANCADA) - Uma Comissão Especial?

O SR. ROBERTO NUNES - Uma Comissão Especial, como sugestão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Deputado a Alencar Soares (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Eliene.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Sucena, colegas Deputados.

Sr. Presidente, para apresentar uma Moção de Aplauso pela passagem do aniversário da cidade de Barão de Melgaço:

1ª) MOÇÃO DE APLAUSO: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa Diretora, seja encaminhada Moção de Aplauso ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, à Câmara Municipal de Vereadores, extensivo aos Municípios, pela passagem da data comemorativa dos 48 anos do Município.

Fundado em 1953, localizado às margens do Rio Cuiabá, tendo como limites o Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Santo Antônio do Leverger, Cáceres e Nossa Senhora do Livramento, o Município de Barão de Melgaço, em sua natureza somente pode ser descrito de forma poética, como um instante parado no tempo, num tempo onde o tranqüilo vôo de um tuiuiú sobre a superfície calma das águas, nos faz flutuar e recordar nosso passado mais distante.

Tendo casa de arquitetura colonial, com pouco mais de 10 mil habitantes, gente hospitaleira, com prazer de receber os visitantes, é em Barão de Melgaço que se pode passear de barco por baías imensas, como a Baía de Siá Mariana, com praias de areia branca, povoadas de aves pernaltas, é nela que desemboca o Rio Mutum, local muito procurado por pescadores esportivos e turistas e a Baía de Chacororé, enorme, de águas encrespadas como as do mar, no tempo das cheias é maior que toda a Baía da Guanabara.

Essa Casa de Leis, reconhecendo o tesouro que Barão de Melgaço representa ao Estado de Mato Grosso, aplaude o trabalho dos governantes e do povo de Barão de Melgaço.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado ELIENE - PSB

Outra Moção de Aplausos a todos os membros que irão compor a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Inspetores de Tributos do Município de Cuiabá.

2ª) MOÇÃO DE APLAUSO: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa Diretora, que seja encaminhada Moção de Aplauso a todos os membros que irão compor a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Inspetores de Tributos do Município de Cuiabá, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados e Deputada que a compõem, envia a todos os Membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Inspetores de Tributos do Município de Cuiabá - SINT, que irão tomar posse no próximo dia 16 de março de 2001, pela importante conquista de representantes de uma categoria de trabalhadores.

Em 1992, os Inspetores de Tributos de Cuiabá fundaram sua Associação, que vinha representando toda classe até os dias de hoje, mas a categoria lutou e conseguiu fundar o Sindicato e a sua primeira Diretoria Executiva será composta pelos seguintes membros: Jussara Maria da Silva Vieira - Presidente; Léria Alves Ribeiro de Campos - Secretária-geral; Cátia Regina Ferreira Lopes - Diretora Administrativo-Financeira; Jorge Luiz Pereira da Silva - Diretor-Social; Wilson Alves Diniz Júnior - Diretor de Formação e Organização Sindical. Irão compor o Conselho Fiscal, os seguintes Membros: Titulares: Carmino G. de Campos Neto - Presidente; Josefina Clemente Andrade - Primeira Conselheira; Arnaldo Enrique de Almeida; Suplentes: Oneide Siqueira Gonçalves Nunes, Ademilson Pinheiro Lisboa, Alinor Cândido da Silva.

Essa Casa de Leis não só reconhece como aplaude o trabalho e o desempenho dos Inspetores de Tributos do Município de Cuiabá e, não poderia deixar de homenagear toda categoria pela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

conquista alcançada e pela posse da primeira Diretoria do Sindicato.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.
Deputado ELIENE - PSB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente da TELEMAT/Brasil/ TELECOM, mostrando a urgente necessidade da instalação de 01 (um) telefone público na Agrovila Destilaria Gameleira, no Município de Confresa.

Com fulcro no artigo 245, do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, expondo a urgente necessidade da instalação de 01 (um) telefone público na Agrovila Destilaria Gameleira, no Município de Confresa.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Confresa reivindica a instalação de 01 (um) telefone público na Agrovila Destilaria Gameleira.

A citada comunidade é formada por aproximadamente 5.000 (cinco mil) habitantes, e esses, para utilizarem um telefone, precisam se deslocar até a sede do município, que dista 18km.

A necessidade de urgência no atendimento a esta solicitação se deve ao fato de que os moradores contam apenas com linhas telefônicas via rádio, fator que tem causado transtornos. Levamos também em consideração o crescimento da população local, o crescimento do comércio e o aumento da produção no campo.

Com o exposto, justificamos a indicação, aguardando a aprovação pelos nobres Pares e atendimento pelo órgão responsável.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2000.
Deputado ELIENE - PSB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Administração, a urgente necessidade da doação de um veículo automotor à Cooperativa Mista Agrícola de Colíder.

Com fulcro no artigo 245, do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Administração, expondo a urgente necessidade da doação de um veículo automotor à Cooperativa Mista Agrícola de Colíder.

JUSTIFICATIVA

A Cooperativa Mista Agrícola de Colíder - CMACOL congrega cerca de 350 famílias que acreditam na constituição de uma Cooperativa forte, com perspectiva de contribuir positivamente na promoção do desenvolvimento agropecuário do Município e apresentar a alternativa de renda para todos.

Acontece que a instituição vem passando por algumas situações que vem dificultando atingir ao que se propõe.

A prioridade, segundo a Direção, é a aquisição de um veículo tipo Pick-up ou caminhão pequeno, para dar assistência às máquinas que atendem associados na entrega da produção,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

visita às propriedades, que ficam a uns 100km da sede do município.

Com base no exposto, reivindicação da Diretoria da Cooperativa, justificamos a propositura, certos da aprovação pelos nobres Pares e pronto atendimento pelo Governo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Sr. Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas e ao Sr. Presidente do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, a necessidade de construção de um quebra-molas na Rodovia BR-364, no trecho da Praça Matriz de São Pedro da Cipa até a Estância Vila Nova.

Com fulcro no artigo 245, do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Sr. Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas e ao Sr. Presidente do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, expondo a necessidade de construção de um quebra-molas na Rodovia BR-364, no trecho da Praça Matriz de São Pedro da Cipa até a Estância Vila Nova.

JUSTIFICATIVA

Na Rodovia BR-364, no trecho da Praça Matriz de São Pedro da Cipa até a Estância Vila Nova, tem ocorrido diversos acidentes, inclusive com casos fatais. A falta de um quebra-molas faz com que os veículos trafeguem na região com velocidade elevada.

Esta é uma reivindicação da Câmara Municipal, apresentada pelos vereadores: Paulo Marçal, Francisco Nunes da Mata e Wilson Virgínio de Lima, os quais estão preocupados com a vulnerabilidade da população, expostos a acidentes de trânsito. Portanto, é de grande urgência que se tome providências para a solução do problema que afeta a comunidade.

Contamos com a sensibilidade dos Exmº Sr. Governador e órgãos competentes para o atendimento dessa reivindicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de construção de uma cobertura para abrigar alunos na EE “Professora Maria Ester Peres”, do Município de Vila Rica.

Com fulcro no artigo 245, do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, expondo a necessidade de construção de uma cobertura para abrigar alunos na EE “Professora Maria Ester Peres”, do Município de Vila Rica.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual “Professora Maria Ester Peres”, no Município de Vila Rica, foi construída sem uma cobertura que protegesse os alunos dos raios solares e intempéries enquanto estão fora da sala de aula, em momentos como a chegada e hora do lanche. Como sabemos bem, crianças e adolescentes tem menos propensão a se manter por longos períodos em uma sala. Com isso, os mesmos acabam tomando sol em horários impróprios e, se considerando a repetição do ato, isso pode vir a gerar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

maior incidência de doenças de pele entre os alunos.

Pelos argumentos expostos, o Exmº Sr. Prefeito de Vila Rica vem solicitar que a construção da cobertura seja viabilizada com urgência, resolvendo, assim, uma situação difícil para a comunidade escolar da citada Instituição.

Temos certeza que esta solicitação vem ao encontro das atuais políticas de valorização do ensino, em que a Secretaria de Estado de Educação tem tido participação ativa e que apontam finalmente para novo horizonte de perspectivas, onde o ensino é colocado no lugar mais alto.

Contamos com a sensibilidade dos Exmº Sr. Governador e Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, no sentido de atender a Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de construção de um prédio escolar no Bairro Vila Nova, no Município de Vila Rica.

Com fulcro no artigo 245, do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, expondo a necessidade de construção de um prédio escolar no Bairro Vila Nova, no Município de Vila Rica.

JUSTIFICATIVA

Desde o ano de 1996, a comunidade do Bairro Vila Nova, do Município de Vila Rica, pleiteia junto ao Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, a construção de um prédio escolar com pelo menos 08 salas de aula. O prédio da escola existente atende cerca de 1.600 alunos e não suporta a demanda existente.

Temos certeza que esta solicitação vem ao encontro das atuais políticas de valorização do ensino, em que a Secretaria de Estado de Educação tem tido participação ativa e que apontam finalmente para novo horizonte de perspectivas, onde o ensino é colocado no lugar mais alto.

Por ser tão antiga essa reivindicação da população local, o seu atendimento mostra-se de extrema importância e urgência.

Contamos com a sensibilidade dos Exmº Sr. Governador e Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, no sentido de acolhimento de tão acertado pleito do Sr. Prefeito de Vila Rica.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

Era o que tínhamos a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Convido o nobre Deputado Humberto Bosaipo para assumir a Presidência.

(O DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 21:01 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra o Deputado Campos Neto.

O SR. CAMPOS NETO - Sr. Presidente, colegas Deputados, imprensa desta Casa, funcionários, assistência que nos assiste, muito boa-noite a todos.

Venho aqui apresentar uma Indicação:

INDICAÇÃO: Indico ao Poder Executivo Estadual, mostrando a importante

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

necessidade de tomar providências, que culminem com a implantação de uma banca de vistoria de veículos na CIRETRAN/Várzea Grande.

Com fundamento no que dispõe a Resolução n.º 18/91, deste Poder Legislativo, venho requerer à Mesa desta Casa de Lei, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópias ao Presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso/DETRAN/MT, mostrando a ambos, a urgente e imprescindível necessidade de adotar providências que culminam com a implantação de um Banca de Vistoria de Veículos no CIRETRAN/Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

Diante das inúmeras reclamações, apresentadas a nossa pessoa por munícipes várzea-grandenses, quanto aos transtornos oriundos da não existência de Banca de Vistoria do DETRAN/MT, na CIRETRAN/Várzea Grande, fato este que tem dificultado na agilidade dos serviços prestados por este órgão, para com a coletividade, bem como a categoria dos despachantes, que fazem uso diariamente deste tipo de serviço.

Valendo frisar, ainda, que, conforme informação prestada pelo Dr. Jonil Vital (Coordenador Geral de Tributação da Secretaria de Fazenda do Município de Várzea Grande/MT), o município tem deixado de receber os 50% (cinquenta por cento) do imposto (IPVA), recolhido dos proprietários de veículos que, mesmo residindo em Várzea Grande, preferem registrar os seus veículos na CIRETRAN/Cuiabá, pela não existência deste tipo de serviço no referido, que, mesmo assim, arca com o ônus da manutenção da malha viária e a responsabilidade de toda a sinalização do sistema de trânsito, bem com o a manutenção de semáforos existentes.

Ante estes fatos, justifica-se, assim, o ora pleiteado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2000.

Deputado CAMPOS NETO

Senhor Presidente, fui procurado por diversos munícipes que estão tendo duas dificuldades, como não tem vistoria lá em Várzea Grande, eles têm que se deslocar 18 quilômetros até o DETRAN da Capital do Estado de Mato Grosso, que se localiza no CPA e, quando retornam, já andaram 36 quilômetros para fazer uma vistoria.

Então, que retorne esse serviço ao Município de Várzea Grande, até porque de acordo com o Dr. Jonil Vital, Coordenador Geral da Tributação da Secretaria de Fazenda, o município tem deixado de receber 50% de IPVA, recolhidos dos proprietários de veículos que, mesmo residindo em Várzea Grande, preferem registrar os seus veículos em Cuiabá, já que vêm fazer a vistoria em Cuiabá, já aproveitam o DETRAN também e registram. E o município deixa de ganhar essa Receita do IPVA.

Então, está aqui a nossa Indicação e espero que o Presidente do DETRAN ouça os reclames da nossa população e volte a fazer a vistoria no DETRAN de Várzea Grande.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, para apresentar uma Indicação e uma Moção de Aplauso de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a importante necessidade de adotar providências que culminem com a construção de uma área de lazer no Bairro Novo Terceiro no Município de Cuiabá.

Com fundamento no que dispõe a Resolução n.º 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador de Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Ilmº Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, Dr. José Carlos Novelli, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de adotar providências que culminem com a construção de uma área de lazer que compreenda duas quadras poliesportivas sendo uma coberta, no Bairro Novo Terceiro.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação requer a construção de uma área de lazer que compreende duas quadras poliesportivas sendo uma coberta, as quais será de suma importância para a comunidade do Bairro Novo Terceiro, no Município de Cuiabá, que esta carente nesta questão de lazer e da parte social.

Não resta dúvida da importância da prática esportiva e, dos benefícios trazidos por ela, como a integração social, a ocupação do tempo ocioso em algo sadio, como também em despertar nos jovens a prática esportiva competitiva descobrindo até mesmo talentos natos.

Além do que o Bairro Novo Terceiro merece a construção desta área de lazer, pois a comunidade vem reivindicando a algum tempo, não tendo outros tipos de lazer, a população vem crescendo veemente, tornando necessários um espaço como este para proporcionar as crianças aos jovens e até mesmo aos adultos, nos fins de semana, lazer, sendo possível a realização de vários eventos além de esportes.

Diante das considerações expostas, pedimos a unanimidade dos Nobres Pares desta Casa para aprovação desta matéria, e que a autoridade competente se mobilize e providencie a concretização deste importante intento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

2ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento ao Art. 237, alínea “h” do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Congratulações, endereçada a todos os Bibliotecários do Estado de Mato Grosso, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO se congratula com todos os Bibliotecários pela comemoração do Dia 12 de Março, data alusiva ao Dia Nacional do Bibliotecário.

Parabenizamos e cumprimos esta distinta classe de profissionais, que zela pela organização de todo um sistema de estudos, sendo a biblioteca um Santuário Cultural e, com este trabalho, proporciona ao estudante e pesquisador meios para explorar toda forma de conhecimento e informações disponíveis no mundo intelectual, colaborando assim, de forma expressiva na formação de novos profissionais e seres humanos, rendemos as nossas homenagens.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

3ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fundamento no que dispõe o Art. 237, alínea “h” do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada a presente Moção de Aplausos, endereçada à Câmara Municipal de Cuiabá, vazada nos seguintes termos:

O Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, aplaude e apóia a Comissão de Vereadores que visitou o Pronto-socorro Municipal, que verificou “*in loco*” a situação da maior unidade de saúde do Estado de Mato Grosso.

Parabéns, pois são estes tipos de atitudes que a sociedade espera e exige dos Parlamentares, tanto em nível Estadual quanto Municipal e, somente com o acompanhamento das ações executivas, é que se pode responder aos anseios dos cidadãos.

Com certeza, esta visita também servirá de meios para levantar questões que afligem a população e, para que assim os nobres Vereadores possam tomar as medidas cabíveis e exigirem das autoridades competentes providências, na ordem de saúde bem como social, buscando medidas que de uma vez por todas possam de fato melhorar o atendimento otimizando a estrutura física do Pronto-socorro Municipal, diminuindo assim o sofrimento da população menos favorecida, gerando consequentemente o bem-estar social.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

No ano passado, nós montamos uma Comissão aqui, Deputado Jair Mariano, composta por mim, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Deputado Gilney Viana, Deputado Carlos Brito e tudo que o Pronto-socorro está vivendo hoje, nós relatamos no nosso relatório. Quando eu fui relator, nós passamos a situação, que estava mal gerenciado, superfaturamento, roubos de remédios, tudo isso nós denunciávamos em nosso relatório e nada foi feito para que se solucionasse os problemas.

Então, eu fico feliz que a Câmara dos Vereadores, os Vereadores novatos que entraram lá, façam um trabalho bonito, um trabalho que a população fica envaidecida de ter votado nesses vereadores.

4ª) REQUERIMENTO: Com base nos termos do art. 272, alínea “h”, do Regimento Interno e o disposto na Constituição Estadual, art. 28, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Valter Albano da Silva, que em um prazo de 30 dias se digne a prestar as seguintes informações:

- Quais os valores da Arrecadação Estadual no ano de 2000, dos meses de janeiro e fevereiro de 2001, através de um demonstrativo da receita de tributos e contribuições, especificando sua fonte e montante mensal;

- Quais os valores dos repasses feitos do Fundo de Participação dos Municípios FPM, de cada mês do ano de 2000, dos meses de janeiro e fevereiro de 2001, de cada Município;

- Quais os valores atuais dos repasses aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

As informações acima solicitadas vem ao encontro dos anseios de toda a sociedade, dos contribuintes que exigem deste Poder Legislativo resposta, ou seja, quais são os efeitos fins e aplicações da arrecadação Estadual, pois todos sentem e muito o peso dessa cobrança, principalmente do ICMS em suas contas de energia elétrica e telefonia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

É através deste Requerimento de Informação que venho exercer não apenas um direito de solicitar tais informações, mas, principalmente como uma função parlamentar, podendo até dizer que a mais importante, que é a de fiscalizar as ações executivas de nosso Estado pois a sociedade está implacável em suas exigências, está atenta a seus direitos, cabendo a nós, exercer nossas funções com a máxima transparência.

Estamos diuturnamente, neste Poder Legislativo, questionando, incansavelmente, sempre buscando o entendimento, fazendo valer o sentimento público que tem sido uma árdua batalha, principalmente nesta questão do ICMS, que aflige tanto toda a população.

Tendo em vista tratar-se o assunto de interesse da coletividade, solicito o levantamento destas informações e, deferimento da nossa solicitação, pelo que antecipadamente agradecemos e aguardamos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março 2001.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Eu acho que a Assembléia Legislativa precisa saber quanto o Governo está arrecadando, quanto que está pagando de FPM e quanto repassa aos Poderes, porque nós somos abordados nas ruas e nada é informado para os Parlamentares. Eu continuo afirmando que o Governador está precisando fazer obras de grande impacto para encher os olhos da população da Baixada Cuiabana. O Governo precisa realizar obras aqui com a arrecadação do ICMS. Por isso, na hora em que as pessoas nos perguntarem quanto que o Governo está arrecadando, pelo menos isso o Parlamentar tem que saber. Antes eles informavam quanto arrecadavam no jornal, agora nem isso estão fazendo.

Quero registrar as presenças do Vereador Neto, e sua esposa do Município de Colniza.

Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis, podem contar conosco, e sempre que precisar, a Assembléia Legislativa estará de portas abertas àquele município. Aqui tem o Deputado Riva e tem o Deputado Humberto Bosaipo, que são amigos da Prefeita Nelci Capitani.

Com certeza, Vossa Excelência vai contar com mais Parlamentares aqui também para ajudar aquele Município carente. Inclusive, hoje, na reunião onde estavam todos os Secretários, nós abordamos assunto do Município de Vossa Excelência sobre a questão da Segurança. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Sr. Ministro dos Transportes, Elizeu Lemos Padilha, ao Sr. Diretor-Geral do DNER, Genésio Bernardino, e ao Chefe do 11º DRF - do DNER, Dr. José da Silva Thiago, a necessidade da recuperação da BR-364, no perímetro urbano do Município de São Pedro da Cipa.

Requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Ministro dos Transportes, Elizeu Lemos Padilha, ao Sr. Diretor-Geral do DNER, Genésio Bernardino e ao Chefe do 11º DRF - do DNER, Dr. José da Silva Thiago, mostrando a necessidade da Recuperação da BR-364, no perímetro urbano do Município de São Pedro da Cipa.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O Município de São Pedro da Cipa está localizado às margens da BR-364, e com uma população estimada em três mil e oitocentos habitantes. Sua atividade econômica está diretamente ligada ao comércio artesanal às margens da BR e a monocultura de cana-de-açúcar.

Por ser um município de economia pobre, a rodovia torna-se uma opção de trabalho e renda familiar.

O fluxo de automóveis nas intermediações de São Pedro da Cipa é de 6000 veículos/dia. Devido a este motivo a recuperação da BR no perímetro urbano é de extrema necessidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

2ª) INDICAÇÃO: Indico ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Carlos Carlão Pereira do Nascimento, a necessidade da construção de salas de aula na Escola Estadual no Município de Cotriguaçu.

Requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Carlos Carlão Pereira do Nascimento, mostrando a necessidade da construção de salas de aula na Escola Estadual no Município de Cotriguaçu.

JUSTIFICATIVA

O Município de Cotriguaçu possui aproximadamente seis mil e oitenta habitantes (AE/2000).

A economia é basicamente agropecuária.

A rede de ensino conta com 26 escolas municipais correspondendo com mil, seiscentos e noventa e cinco estudantes (Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio – AE/2000), dos quais cento e cinco alunos estudam na única Escola Estadual.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Embora seja uma região da qual não temos muito conhecimento, mas, como a comunidade me pediu, nós vamos nos empenhar nesse sentido.

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro-Sul, José Sampaio de Medeiros, Cuiabá, a necessidade da instalação de terminais de telefone individual no Distrito de Vale Rico, Município de Guiratinga.

Requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Senhor Diretor Regional Institucional, José Sampaio de Medeiros, mostrando a necessidade da instalação de terminais de telefone individual no Distrito de Vale Rico, Município de Guiratinga.

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Vale Rico tem cerca de um mil, quinhentos e vinte e sete habitantes, está distante de Rondonópolis 67Km e de Guiratinga 42Km.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

A base da economia é a pecuária extensiva. Com assentamentos na região vem aumentando a agricultura de subsistência.

A implantação de telefones individuais propiciará o desenvolvimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Quero aqui dizer que nós já conseguimos o telefone individual em Entre Rios, Irenópolis, Santa Elvira, Placa Santo Antônio, Fátima de São Lourenço e agora nós estamos reivindicando para o Vale Rico. São Distritos que há muito tempo sonham em ter telefones individuais.

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Chefe do 11º DRF - do DNER, Dr. José da Silva Thiago, a necessidade da recuperação da BR-364 no perímetro urbano do Município de Juscimeira.

Requeiro à Mesa, após ouvido o soberano plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Chefe do 11º DRF, Dr. José da Silva Thiago, mostrando a necessidade da recuperação da BR-364, no perímetro urbano do Município de Juscimeira.

JUSTIFICATIVA

O Município de Juscimeira possui cerca de onze mil, trezentos e oitenta habitantes, conforme dados do IBGE/96, tem como principal atividade econômica a plantação de cana-de-açúcar, com uma produção de cento e vinte e sete mil e oitocentos toneladas - DIPEQ-MT; a plantação de soja também possui representatividade, visto que sua produção gira em torno de trinta e cinco mil, novecentos e sessenta toneladas - DIPEQ-MT, além de outras produções de subsistência; na pecuária o Município conta com duzentos e vinte e sete mil oitocentos e cinquenta e nove cabeças.

Devido ao grande número de produtos que são escoados para centros maiores, o fluxo de veículos pesados aumenta consideravelmente, sugerindo assim, a necessidade da recuperação asfáltica da BR-364 no perímetro urbano do município de Juscimeira.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

5ª) PROJETO DE LEI

**Declara de Utilidade Pública a Associação
Cultural Educadora dos Filhos da
América Latina – ACEFAL de Cuiabá.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Educadora dos Filhos da América Latina - ACEFAL de Cuiabá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação Cultural Educadora dos Filhos da América Latina - ACEFAL é uma entidade civil, sem fins lucrativos; com único objetivo de prestar serviços a comunidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Fundada em 03 de julho de 1999, com sede e fórum na cidade de Cuiabá, neste Estado de Mato Grosso. Teve suas atividades inspiradas nas obras sociais de Dom Bosco, que tem como missão devolver suas heranças culturais, lingüísticas e espirituais, promover a educação e profissionalização de outros.

A ACEFAL promove eventos a comunidade como: Artes Plásticas, Capoeira, Dança, Teatro e Artesanato, no sentido de absorver ou amenizar a situação da Comunidade carente.

Visto que essas necessidades são de ordem social, científico, solicito empenho para aprovação do referido projeto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

6ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no art. 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, a realização de uma audiência pública em Rondonópolis com o objetivo de discutir a construção da sede própria e melhoria no atendimento do DETRAN ao público. A data da audiência pública será previamente marcada em comum acordo entre a comunidade e o DETRAN.

Na oportunidade serão convidados a participar e a se pronunciar o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso, Sr. Mauri Rodrigues Lima, representantes do Poder Público Municipal, bem como outros setores da sociedade.

JUSTIFICATIVA

O prédio adaptado para instalação do DETRAN em Rondonópolis não oferece mais condições dignas para um bom atendimento ao público.

Pela falta de estrutura, os serviços prestados pela DETRAN em Rondonópolis, deixam muito a desejar, motivo que nos leva a esta iniciativa.

Rondonópolis, o terceiro maior Município arrecadador de impostos no Estado, merece melhor atenção do Poder Público Estadual.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero informar ao colega Deputado Campos Neto que a sua preocupação é importante para a volta da vistoria do DETRAN, em Várzea Grande.

Só que há três meses atrás, colega Deputado, eu já encaminhei esse ofício ao DETRAN, fui convocado pelo Diretor-Presidente ao seu gabinete, e ele já informou que dentro de 40 dias estará fazendo uma reforma completa naquele prédio, fazendo uma reforma completa, fazendo cobertura e espaço para a vistoria. Também propôs até mesmo adquirir uma área com espaço maior, para poder dar um conforto maior aos usuários de veículos ali de Várzea Grande.

Parabéns! Estou junto com Vossa Excelência nessa luta da qual está participando.

Outra informação, Sr. Presidente. Tem um Vereador, Líder do Prefeito de Várzea Grande, Gonçalo Almeida, que fala em municipalizar o Bairro Cristo Rei. Eu quero dizer que sou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

totalmente contra essa hipótese. Eu acredito que o Governador deve parar com essa discussão, se fosse assim, nós iríamos, então, municipalizar o CPA, o Coxipó e eu acho que fica meio complexo nesse momento de crise. O Estado precisa receber indústria, empresa, para gerar emprego, e eu acho que não tem dinheiro para se fazer uma divisão como essa.

Sr. Presidente, também para apresentar algumas proposições:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Excelentíssimo senhor Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado de Mato Grosso, necessidade de dotar o Conselho Comunitário de Segurança Pública do município de Rondonópolis, com um veículo tipo *Van*, para prestar serviços no Município e região Sul do Estado.

Com fundamento na Resolução 18/91, requeiro à Mesa, após a manifestação do soberano Plenário, seja encaminhado expediente Indicatório ao Excelentíssimo Senhor Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado de Mato Grosso, a necessidade de dotar o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rondonópolis, com um veículo tipo *Van*, para prestar serviços no município de Rondonópolis e Região Sul do Estado.

JUSTIFICATIVA

Com a criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública no Município de Rondonópolis, a atuação efetiva da comunidade no auxílio da Polícia Militar e Polícia Civil, no combate a criminalidade no município e região se faz necessário dotar o órgão de infra-estrutura compatível, para o bom desempenho dos trabalhos.

O Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rondonópolis atua em toda região Sul do Estado e diariamente necessita locomover-se de um município a outro, para prestar os relevantes serviços em outras localidades onde ainda o órgão não foi implantado.

Necessidade de um veículo utilitário para fazer o transporte desse pessoal é imprescindível, para que o Conselho possa desenvolver a sua função, prestando serviços à comunidade e auxiliando a Polícia de modo geral.

Ressalte-se, o Senhor Governador, que a doação de referido veículo foi promessa de V. Ex^a feita em público, quando da entrega de equipamentos hospitalares ao Pronto-socorro de Rondonópolis.

Esperando contar com o costumeiro apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis, no sentido de aprovar este expediente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

2ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvir a manifestação do soberano Plenário, seja aprovada e enviada Moção de Aplauso, ao Banco do Brasil S/A - Avenida Júlio Campos - Várzea Grande - MT, na pessoa de seu gerente e funcionários, pelo excelente serviço prestado ao longo desses 10 (dez) anos de funcionamento no município de Várzea Grande/MT.

“A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, na qualidade de legítimos representantes do povo mato-grossense, manifesta com grande satisfação, seu aplauso ao Banco do Brasil S/A - Avenida Júlio Campos - Várzea Grande - MT, na pessoa de seu gerente e funcionários, pelo excelente serviço prestado ao longo desses

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

10 (dez) anos de funcionamento no município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Banco do Brasil, além de cumprir com o seu papel como instituição financeira, presta relevantes serviços sociais, os quais são desenvolvidos pelos funcionários e que passam por desapercibidos, mesmo porque, não é intenção, tanto da parte do Banco como de seus funcionários a publicidade quanto aos mesmos.

Atuando há 10 anos no município de Várzea Grande, o serviço bancário e a forma do tratamento dispensado aos seus clientes, é o melhor possível, fazendo jus ao seu gerente e funcionários serem distinguidos com essa Moção de Aplauso, em reconhecimento ao exemplo de cordialidade e atenção que costumeiramente dispensam à todos cidadãos que utilizam do trabalho oferecido por essa agência do Banco do Brasil.

Como forma de prestar uma justa homenagem aos funcionários da Agência do Banco do Brasil - Avenida Júlio Campos, estamos apresentando essa Moção de Aplauso, solicitando dos Nobres Pares dessa Casa, o apoio necessário no sentido de sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 13 de março de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Eu estive no aniversário do Banco do Brasil. São 10 anos naquela localidade como grande pioneiro!

Também um Projeto de Lei:

Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 1º, da Lei nº 6.894, de 10 de junho de 1997.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 1º, da Lei nº 6.894, de 10 de junho de 1997, passam a ter as seguintes redações:

“§ 1º Consideram-se aposentados e pensionistas, para efeitos desta lei, aqueles que residem no Estado de Mato Grosso e sejam portadores da Carteira da Associação Mato-grossense dos Aposentados e Pensionistas, e/ou do Cartão de Beneficiário de aposentadoria/pensão, expedido pelo órgão ao qual esteja vinculado o benefício.

§ 2º Os aposentados e/ou pensionistas estarão sujeitos à filiação junto a Associação Mato-grossense dos Aposentados e Pensionistas, para obtenção da carteira de associado, que terá validade por tempo indeterminado, ficando vedada a sua revalidação temporária, salvo em caso de alteração ou extravio.

§ 3º O aposentado e/ou pensionista poderá se identificar apresentando a carteira de associado fornecida pela Associação Mato-grossense dos Aposentados e Pensionistas, constando os dados pessoais e fotografia recente na data da expedição e/ou Cartão de Beneficiário fornecido pelo órgão ao qual esteja vinculado o benefício.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

Infelizmente, o fornecimento da carteira de associado pela Associação Mato-grossense dos Aposentados e Pensionistas passou a representar uma significativa fonte de receita para a entidade.

Temos conhecimento de que a Associação adota o sistema de renovação anual da carteira de associado com o intuito de angariar receita através da cobrança de taxa para emissão do documento.

À época, logo após a entrada em vigência da Lei n.º 6.894/97 de 10/06/97, a expedição das carteiras de associados eram feitas em única vez. Porém, por absoluta conveniência da própria entidade, sem ao menos consultar a base de associados, composta por aposentados e pensionistas, a Associação está exigindo a renovação das carteiras, cobrando uma taxa para a sua renovação.

A criação da referida Lei não teve como escopo a geração de receita para a Associação e, sim, o de beneficiar uma classe de cidadãos que sofrem discriminação e descaso do Poder Público e, porque não dizer, da própria sociedade.

O projeto de lei que ora apresentamos visa, única e exclusivamente, contemplar o aposentado e pensionista com uma redução no custo de sua filiação à entidade de classe.

Não é concebível que o aposentado ou pensionista, que recebem um rendimento miserável imposto pelas leis de nosso governo, sejam extorquidos ainda mais com cobranças de taxas criadas aleatoriamente pela própria Associação que congregam.

Assim sendo, solicitamos dos nobres Pares desta Casa o apoio necessário no sentido de aprovação do presente projeto de lei.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá, 13 de março de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Este Projeto modifica, principalmente, para caracterizar aos idosos, aos aposentados que pagam sua associação, uma taxa que pesa, onera o bolso dos aposentados. Aqui está havendo uma mudança para não se pagar mais essa taxa mensalmente, mas apenas por uma vez, quando vão adquirir suas carteirinhas de aposentados.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, usamos da tribuna para informar aos Srs. Deputados, nobres Colegas, que nós marcamos para amanhã, às 15:00 horas, uma reunião com os Presidentes de Clube de Futebol e convidamos todos os Srs. Deputados. Como o Auditório Milton Figueiredo estará ocupado amanhã, às 15:00 horas, então, nós transferimos a reunião para a Sala de Imprensa dos Deputados, às 15:00 horas. A reunião será com todos os presidentes. A reunião será aberta para os Deputados e fazemos questão que os Deputados participem. O Sr. Secretário Riva e eu conseguimos marcar para as 18:00 horas uma reunião com o Governador e os Presidentes de Clube. Os Deputados que quiserem ir, que quiserem nos acompanhar... Esse movimento é para ver se conseguimos levantar o futebol mato-grossense.

Então, estão todos os Srs. Deputados convidados, inclusive o Deputado Rene Barbour, que é Presidente do Santa Cruz de Barra do Bugres, a participar aqui, às 15:00 horas, dessa reunião...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

(NESTE MOMENTO, O ORADOR É INTERPELADO PELO DEPUTADO J. BARRETO - INAUDÍVEL.)

O SR. ALENCAR SOARES - Às 15:00 horas, na Sala de Imprensa, e às 18:00 horas com o Sr. Governador do Estado, no seu Gabinete.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos comunicar a ausência da Deputada Serys Slhessarenko, com quem estávamos até há pouco, numa Sessão da Pastoral da Criança, no Colégio Estadual. Portanto, eu solicito que seja justificada a ausência da Deputada Serys Slhessarenko.

Com a palavra, o Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente eu gostaria de reafirmar aqui o pronunciamento feito pelo Deputado Emanuel Pinheiro sobre a TELEMAT Brasil TELECOM.

No ano passado nós fizemos as mesmas Indicações feitas pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, pedindo a instalação dos telefones para Nova Galiléia, para Jarudore, para todas as localidades que compõem a região Sul, que davam a inscrição de mais de cinquenta telefones, e a resposta foi dessa forma, sem assinatura da pessoa, da TELECOM/Brasil.

Gostaria, aqui, de cumprimentar o Deputado Riva, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Eliene e o Deputado Alencar Soares, e eu me somo a esses Deputados para discutir o futuro do futebol do Estado de Mato Grosso, que já foi, sem sombra de dúvida alguma, um Estado que tinha repercussão Nacional antes da divisão do Estado e logo após a divisão do Estado, pois, tanto Campo Grande como Cuiabá, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, são dois Estados que disputaram grandes campeonatos brasileiros.

Domingo agora, no primeiro clássico lá da cidade de Rondonópolis, com quase dois mil torcedores, lá na Barra do Garças, com quase três mil torcedores, realmente, parece que a população começa a voltar à prática do esporte, à prática do futebol.

Em tão boa hora, a Federação Mato-grossense de Futebol, juntamente com esta Casa, se preocupa com o rumo do futebol, que é a maior alegria do torcedor brasileiro.

Sem sombra de dúvida, o Nordeste desse País, há dez anos, tinha um dos piores futebolis, mas foi graças à classe política, aos governos dos estados do Nordeste, com incentivo das Secretarias de Fazenda daqueles Estados, é que ele, hoje, tem um futebol como no Centro-Sul do País.

Eu acho que, amanhã, essa reunião com os presidentes de clube, e depois com o Governador do Estado, poderá se dar um novo rumo ao campeonato mato-grossense de futebol.

Sr. Presidente, eu gostaria de relatar rapidamente, aqui, a viagem realizada por mim e pelo Deputado Nico Baracat à Goiânia, Brasília e Belo Horizonte. Fomos lá, sob a liderança de Vossa Excelência, da Mesa Diretora, representando-o e buscando experiência para a instalação da TV Assembléia e Rádio Assembléia. Percebemos que hoje já há uma repercussão em todos os municípios mato-grossenses, e particularmente nas cidades que vão iniciar esse trabalho, especialmente porque a população poderá acompanhar as transmissões ao vivo, do Plenário da Assembléia e das Comissões Permanentes da Assembléia e as audiências públicas.

Nós sentimos, tanto em Goiânia como em Belo Horizonte, que realmente a população tem um interesse muito grande.

Aliás, Sr. Presidente, qualquer brasileiro hoje fala, comenta sobre as Sessões do Senado e da Câmara Federal, qualquer brasileiro que tem um aparelho de televisão, que pega a TV a cabo, ou que, ligado ao satélite, assiste a programação do Congresso Nacional. Por isso, eu acho que será um novo rumo que esta Casa toma ao instalar a sua televisão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Quero aqui destacar o trabalho da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que nos recebeu oficialmente, os dois Deputados, o Secretário de Imprensa Adriângelo e o Wanderley, que foi nos assessorando na parte técnica quanto à TV Assembléia.

Portanto, foi altamente proveitoso. Amanhã vamos, através da Secretaria de Imprensa da Casa, mostrar um relatório aos Srs. Deputados, aos funcionários desta Casa, para demonstrar o que serão a Rádio e a TV Assembléia.

Eu tenho absoluta certeza que vai enriquecer o trabalho, não só deste Parlamento, mas também vai servir para que a imprensa mato-grossense possa dar uma atenção mais especializada a esta Casa de Leis.

Encerro aqui agradecendo e pedindo que a Mesa Diretora, através dos Deputados Nico Baracat e J. Barreto, agradeça a atenção, o carinho que os Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados de Goiás e Minas Gerais nos deram naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa mato-grossense, antes de mais nada, quero aqui dizer que esta audiência pedida ao Governador pelos Deputados Alencar Soares, por mim, Humberto Bossaipo, Eliene e agora soma-se o Deputado J. Barreto é exatamente com o intuito de mostrar ao Governador Dante de Oliveira que o futebol é um esporte de massa, que gera muitos empregos diretos e indiretos e que o esporte amador em Mato Grosso inexistente. Acredito que é injusto dar todo incentivo à cultura e não apoiarmos também o esporte, principalmente o esporte amador. Então, nós temos plena consciência de que é possível o Governo fazer isso, especialmente porque já incentivou outros setores e pode perfeitamente incentivar esse.

Também, Sr. Presidente, falar da reunião que tivemos à tarde, na Sala de Reuniões das Comissões, com os Secretários de Estado Fausto Farias, Hermes de Abreu, Benedito Corbelino, José Antônio Rosa, com o Comandante-geral da PM e dizer, Sr. Presidente, que infelizmente ou felizmente, esta Casa tinha que tomar uma posição e tomou, ao dizer que não aceitamos essa justificativa de que a Lei de Responsabilidade Fiscal inibe a nomeação dos aprovados no concurso da Polícia Civil. Se no momento nós temos uma crise na área de Segurança, se temos deficiência de pessoal em todos os municípios de Mato Grosso... Eu citei, Sr. Presidente, apenas de lembrança, de cabeça, seis municípios que eu sei que não tem um único policial civil e citei, inclusive, a nossa ida em Confresa e as reclamações que temos na área de segurança. E nós não vamos aceitar o Governo do Estado não rever essa posição e não nomear pelo menos 50% desse pessoal agora, imediatamente, e os outros 50% em outubro.

É uma posição que a Comissão tomou, a Comissão de Constituição e Justiça somada à Comissão de Segurança Comunitária, exatamente no intuito de buscar do Governador uma posição diferente dessa anunciada. Eu disse ao Secretário que tenho o discurso do Governador dizendo que tem folga, mesmo com a aprovação do subsídio dos servidores, que já foi aprovado por esta Casa.

E, portanto, nós vamos cobrar a nomeação desse pessoal para cobrir essa imensa lacuna, Deputado Jair Mariano, que existe no interior de Mato Grosso com a Polícia Civil, chegando ao cúmulo de termos cidade de 20, 25 mil habitantes sem delegado, sem agentes policiais, sem escrivão, com a delegacia fechada e com a viatura totalmente sucateada.

Então, nós vamos cobrar e espero que essa resposta chegue em dez dias, porque se não chegar, nós vamos fazer uma Audiência Pública, vamos chamar o Secretário de Segurança, a equipe econômica e ela vai ter que nos mostrar. Eu fiz um desafio e vou continuar fazendo, de me provarem que não dá para contratar esse pessoal. E eu espero que isso tenha uma solução, até porque o Secretário de Segurança, eu senti que ele ficou fortalecido com a posição da Assembléia, porque a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Segurança em Mato Grosso, realmente, a instituição Assembléia Legislativa - que Vossa Excelência preside e eu sei da posição de Vossa Excelência -, se não der respaldo neste momento ao Secretário, a Segurança vai continuar cambaleando.

Sr. Presidente, para apresentar várias proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, a necessidade de implantação de um posto telefônico no Projeto Assentamento São Pedro II, no Município de Paranaíta.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, mostrando a necessidade de implantação de um posto telefônico no Projeto Assentamento São Pedro II, no Município de Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

O Assentamento São Pedro II dista cerca de 50Km da sede do Município de Paranaíta. O acesso a essa comunidade é difícil, dadas as precárias condições das estradas na região. Assim, a comunidade permanece em relativo isolamento da sede do município, e, por conseguinte, do restante do Estado e do País.

Apresentamos a presente indicação a essa egrégia Casa de Leis para que aponte ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM tal necessidade, cujo implemento beneficiará a mais de setecentas famílias.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM a necessidade de viabilizar a instalação de telefonia digital em São Félix do Araguaia, possibilitando condições técnicas para viabilizar o acesso à Internet.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmo Sr. Presidente da TELEMAT/Brasil/TELECOM, mostrando a necessidade de viabilizar a instalação de telefonia digital em São Félix do Araguaia, possibilitando condições técnicas para viabilizar o acesso à *internet*.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem como objetivo atender pleito formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Vereador Roberto Biondo - do PSDB, visando operacionalizar condições técnicas para a instalação dos serviços de Internet, com a instalação de uma central digital no sistema de telefonia.

A proposta é dirigida ao Ilmo Sr. Dr. José Sampaio de Medeiros, Diretor Regional Institucional da TELEMAT/Brasil/TELECOM, para que promova os estudos necessários para atender ao pleito formulado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar, a necessidade de criar e instalar um Núcleo de Atendimento Comunitário da Polícia Militar, no Bairro Cidade Alta, nesta Capital.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar, mostrando a necessidade de criar e instalar um Núcleo de Atendimento Comunitário da Polícia Militar, no Bairro Cidade Alta, nesta Capital, com localização em imóvel pertencente ao Governo do Estado, onde funcionava parte da extinta CODEMAT, na Avenida Brasil, daquela comunidade.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem como objetivo mostrar ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Comandante-geral da Polícia Militar a urgente necessidade de criar e instalar no Bairro Cidade Alta, no local onde outrora funcionou parte da extinta CODEMAT, um Centro de Atendimento Comunitário da Polícia Militar.

O pleito vem sendo defendido através de manifestações da comunidade, preocupada com os índices alarmantes de ocorrências diariamente presentes em toda a região oeste da Capital, principalmente naquela comunidade.

O Núcleo de Atendimento será a realização de uma das principais reivindicações que as lideranças elegeram, ouvindo o clamor popular e restabelecendo a paz nas comunidades.

Acredito na sensibilidade das autoridades para acolher esse justo pleito, visto tratar-se de um meio viável de diminuir os índices de criminalidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado RIVA - PSDB

4ª) PROJETO DE LEI:

Institui o Programa de Incentivo às atividades de pesquisa e reprodução de animais silvestres em risco de extinção e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do território do Estado de Mato Grosso o Programa de Incentivo às atividades de reprodução de animais silvestres em risco de extinção.

Art. 2º Poderão credenciar-se para as atividades de reprodução as empresas agropecuárias e agro-industriais, bem como as fazendas turísticas.

Art. 3º As empresas envolvidas no Programa serão beneficiadas com incentivos fiscais a serem definidos pelo Governo do Estado, na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os animais reproduzidos pela aplicação do Programa terão a seguinte destinação:

I - 60% devolvidos ao *habitat*;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

II - 40% entregues a proprietários de áreas de reservas de faunas e áreas protegidas.

Parágrafo único Para atender ao que dispõe o inciso II, do Artigo 4º desta lei, exigir-se-á processo que justifique tecnicamente a doação e os animais deverão ser devidamente marcados para pesquisas futuras e acompanhamento.

Art. 5º Os animais reproduzidos pelo Programa não poderão ser doados a zoológicos públicos ou particulares, tendo como único objetivo o repovoamento faunístico em exaustão.

Art. 6º Os proprietários de reservas protegidas, sejam decorrentes das áreas de proteção legal ou de reservas particulares de fauna silvestre, poderão abrigar esses animais, desde que apresentem ao órgão ambiental responsável garantias materiais de zelo e cuidados técnicos adequados ao acompanhamento da sobrevida desses animais e sua reintegração ao meio ambiente, devendo ainda apresentar relatórios anuais mostrando resultados.

Art. 7º O Programa terá concluído sua duração, quando a relação de animais silvestres típicos do Estado não mais indicar riscos de extinção.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Tornou-se uma constante nos noticiários as denúncias envolvendo o tráfico de animais silvestres, principalmente das espécies em risco de extinção.

Observamos nesse caso uma verdadeira impotência e muitas vezes a inércia dos órgãos públicos em coibir essas ações, muito menos a vontade de definir uma política estadual de repovoamento no *habitat*, dessas espécies animais silvestres mais atacadas.

O Projeto de Lei que oportunamente disponho à consideração desta augusta Casa de Leis tem como objetivo instituir programa de incentivo às atividades de pesquisa e reprodução de animais silvestres em risco de extinção.

Essa proposição, vale ressaltar, contou com a preciosa contribuição do Sr. Amílcar Luiz de Menezes que trouxe a nossa apreciação esse relevante tema, donde pudemos avaliar a sua importância para o futuro do *habitat* faunístico de Mato Grosso.

A proposta tem como característica marcante a iniciativa primeira, recompor o habitat, além de possibilitar, concorrentemente, benefícios valiosos para o aproveitamento do ecoturismo.

Como citou o Sr. Amílcar Luiz de Menezes: “Se somos capazes de reproduzir porcos, vacas, perus e outros animais domésticos, temos também de ser capazes de fazer o mesmo com os animais silvestres, para que consigamos torná-los imunes do risco iminente de extinção”.

Pelo exposto, espero contar com o especial acolhimento dos Srs. Deputados para este Projeto de Lei, culminando assim com a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.
Deputado RIVA - PSDB

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Presidência agradece às duas Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Segurança Pública e Comunitária no sentido de que já fizeram a primeira reunião, hoje, determinada por esta Presidência para tratar da questão dos aprovados no concurso da Polícia Civil e também da Segurança Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Esse é o trabalho que nós queremos das Comissões Técnicas e quero aqui agradecer, portanto, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Segurança Pública e Comunitária

Sobre a mesa, uma Indicação de autoria do Deputado Joaquim Sucena:

1ª) “Indica ao Sr. Alexandre Jorge Miziara, Diretor Regional da TELEMAT Celular, a necessidade de implantação de um sistema digital de telefonia celular no Município de Campinópolis.

Nos termos do artigo 245 e seguintes na mesma proposição da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicativo ao Sr. Alexandre Jorge Miziara, Diretor Regional da TELEMAT Celular, demonstrando a necessidade de implantação de uma central digital de telefonia celular no Município de Campinópolis.

JUSTIFICATIVA

O atual Sistema de Telefonia celular é analógico, e com o avanço da tecnologia, a globalização e a *internet*, faz-se necessário um sistema de tipo digital. Têm-se cadastradas 485 pessoas que necessitam do benefício e que procuram por solução desde o início do ano de 1998.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL”

Ainda sobre a mesa, um Projeto de Lei de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

PROJETO DE LEI:

Declara de utilidade pública o Desafio Jovem Pinel, com sede no Município de Várzea Grande.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Desafio Jovem Pinel, com sede no Município de Várzea Grande.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Desafio Jovem Pinel, também designado pela sigla PINEL, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, formada por pessoas interessadas na reabilitação da pessoa humana mediante a execução de programas terapêuticos cristãos, centralizando seu interesse, de uma forma especial, nos portadores de distúrbios comportamentais, emocionais excluídos, envolvidos com narco-dependência e suas manifestações, sejam maiores ou menores de idade.

Sendo o trabalho da entidade em questão, há longa data, do conhecimento da sociedade local, através da organização de entidades educacionais, de arte, cultura e música, de treinamento profissional, de moderna comunicação social, como rádio, televisão, informática, e publicações diversas.

Assim sendo, solicito a aprovação da presente matéria pelos nobres pares desta Casa de Leis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 13 de março de 2001.
Deputado Humberto Bosaipo - PPS

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA).
Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uso do Grande Expediente especialmente para fazer aqui um agradecimento à Associação Mato-grossense dos Municípios pelo papel que vem desempenhando, especialmente em defesa do municipalismo. Nós tivemos a oportunidade de participar, juntamente com Vossa Excelência e com o Deputado Alencar Soares, de dois encontros feitos pela AMM, ambos no Baixo Araguaia, um em Luciara e um outro, hoje, em Confresa. E tivemos a oportunidade de ver, Sr. Presidente, o quanto a Instituição, a Entidade AMM pode ser importante para os municípios mato-grossenses, levando não técnicos, não só cursos, mas pregando acima de tudo a unidade dos municípios mato-grossenses em defesa dos seus interesses, Deputado Benedito Pinto. Nós podemos ver que as reclamações dos municípios são pequenas, perto daquilo que pode fazer o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, a Associação Mato-grossense dos Municípios.

Tem município aí, Deputado Benedito Pinto, se afogando num copo d'água, exatamente por falta de apoio, de orientação, e a Associação Mato-grossense dos Municípios, através do Prefeito Érico Pianna, vem fazendo um trabalho excepcional nesse aspecto.

Teremos ainda no dia 15 um encontro em São Félix do Araguaia, infelizmente eu não poderei estar lá; teremos em todo Estado de Mato Grosso, e esta é uma demonstração de que, neste momento em que Mato Grosso passa por uma reflexão muito forte a respeito do que pode o município, a respeito das lutas dos municípios, a AMM não se omite. Então, nesse aspecto eu quero aqui fazer um agradecimento ao Prefeito Érico Pianna, por esse trabalho, parabenizar a Associação Mato-grossense dos Municípios.

E, também, Sr. Presidente, dizer que tem um assunto que vem sendo muito discutido em Mato Grosso e nós temos sido cobrados a respeito da nossa participação nessa discussão. E, muitas vezes, nós temos sido até cobrados do porquê fazer essa discussão nesse momento, quando nós temos tantas carências, tantas dificuldades para serem discutidas. Eu tenho respondido, como respondi ontem no programa *Terceiro Mundo*, que essa discussão não fomos nós que a chamamos, que fomentamos, é uma discussão fomentada por um Senador de outro Estado, mas que não pode ter a omissão dos Parlamentares, das lideranças políticas de Mato Grosso.

Neste aspecto, eu quero aqui fazer a defesa daqueles que falam em divisão lá no Norte, Deputado Gilney Viana. E quero dizer que quando o Senador apresentou o Projeto, nós não tivemos nenhum tipo de discussão preliminar. E, curiosamente, o Projeto foi apresentado, Deputado Gilney Viana, dois dias após o Senador tomar posse! Curioso que esse Senador tenha tão pouca coisa para discutir no Estado de Roraima e venha para o Senado exatamente com a proposta de divisão de Mato Grosso! Quer dizer, Roraima está com uma situação totalmente... Eu diria que está com uma situação muito boa, falta até assunto para o Senador levar para o Senado e o primeiro assunto dele tinha que ser esse! Tinha que ser a divisão do nosso Estado, sem nos ouvir!

Então, quando eu coloco o meu ponto de vista, eu não tenho nenhuma dificuldade em defender, em dizer, Deputado Gilney Viana, que mais premente do que a divisão, a criação do Estado do Araguaia, com a junção das duas regiões, é o Governo resolver a situação do Araguaia, que o Deputado Humberto Bosaipo tem colocado com muita propriedade, que vive em estado de abandono.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Essa, sim, merece ser revista. O Governo tem que fazer uma reflexão sobre a situação dessa região do Vale do Araguaia.

"O Norte do Estado de Mato Grosso está com uma situação boa, as estradas são boas, a segurança boa, a saúde boa..." Não! Não... Mas, não admitir que o Governo do Estado investiu no Nortão é tapar os olhos para uma realidade que está diante de todos nós. O Nortão de Mato Grosso evoluiu e muito com a presença do Governo em diversos setores, resolvendo o problema da energia, praticamente, em todos os municípios. Fez-se muitas pontes de concreto nos principais rios do Nortão...

O Sr. Amador Tut - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RIVA - ...melhorou a situação da saúde nos pólos, especialmente Sorriso, Colíder, Alta Floresta, Sinop, inaugurando no último final de semana o pronto-socorro. As estradas estão em estado crítico, praticamente intransitáveis? Estão! Precisa de uma ação urgente. Esse FETHAB, infelizmente, ainda não resolveu o problema das estradas, mas o Governo está presente, sim, Senhor.

Deputado Amador Tut, eu queria primeiro concluir essa minha tese para conceder a Vossa Excelência um aparte.

Eu coloco que, se for discutir a criação de um novo Estado, que se faça de forma responsável, com um estudo de viabilidade econômica e respeitando a situação geográfica, os aspectos culturais. Eu falei da situação do Parque Nacional do Xingu para fazer um alerta, Deputado Jair Mariano, porque aqui muito próximo, na MT-235, nós temos a Reserva Indígena do Utariti. Terá que se dar uma volta de mais de cem quilômetros para pavimentar a MT-235, em função dessa Reserva Indígena. Imaginem Vossas Excelências, se o Governo Federal conseguirá investir recursos na BR-80, atravessando o Parque Nacional do Xingu?! Não vai! Cada vez que nós sobrevoamos - e no último fim de semana nós saímos de Sinop e fomos ao Araguaia - chegamos à conclusão de que a realidade do Araguaia é muito diferente da realidade do Nortão. Foi por isso que nós trouxemos a proposta de que qualquer estudo fosse feito no sentido de se criar o Estado do Norte com estudo separado para território, ou Estado do Araguaia com a composição de parte do Pará, de Tocantins e de Goiás.

Eu concedo um aparte ao Deputado Amador Tut e, em seguida, ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós gostaríamos aqui de fazer uma observação. Hoje, na Audiência Pública sobre o Aglomerado Urbano, foi entregue uma pasta para aqueles que estavam participando. E essa pasta até foi formalizada pelo Deputado Carlos Brito, onde eles até parecem que indiretamente dão uma criticada no Nortão. Diz aqui; "Cuiabá e Várzea Grande possuem setecentos mil habitantes e compete com a arrecadação de 36%". E esses 36% foram até dialogados entre os dois prefeitos, considerando que o Governo não deixa para eles, manda fora. Cuiabá, parece-me, participa com 17% e Várzea Grande participa somente com 4%.

Então, eu acho que para Cuiabá e Várzea Grande seria uma boa coisa essa divisão, Deputado. Inclusive, eu vou lhe passar esta pasta, pois Vossa Excelência não a possui. Eu acho que o Aglomerado Urbano, também, está tratando de deixar bem claro que a divisão do Estado é necessária para a Baixada Cuiabana, por este documento que foi formalizado pelo Deputado Carlos Brito.

Eu acho que chegou a hora de nós, que residimos aqui em Cuiabá, nos sentirmos envergonhados, porque deveríamos compartilhar com o Estado e sentir esse desafio de que o Estado é contrapeso para a Baixada Cuiabana. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Bom, Deputado Amador Tut, eu não tenho dúvida nenhuma que o Estado mais viabilizado será o Estado de Mato Grosso. Eu disse isso em todos os momentos, inclusive, ontem, no *Terceiro Mundo*, de que a divisão do Estado viabiliza definitivamente Mato Grosso, porque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

apesar das grandes potencialidades do Araguaia e do Norte, ainda são regiões pobres, e chego a fazer aqui, como o fiz ontem, uma alusão ao Araguaia, dizendo que o Araguaia, hoje, é uma região de grandes potencialidades, mas pobre economicamente, de um Estado pobre, porque todo mundo sabe que apenas 22% da Receita, que estão nas duas regiões, são muito pouco, realmente, e que a Baixada Cuiabana concentra o forte da economia em Mato Grosso. Agora, logicamente, há de se destacar que todo Estado de Mato Grosso gira em torno da Baixada Cuiabana. É aqui que nós compramos máquinas, é aqui que nós compramos medicamentos, é aqui que quase todo o Estado de Mato Grosso consome. Então, também, tem que se levar em conta ...

O Sr. Benedito Pinto - Concede-me um aparte, Deputado Riva?

O SR. RIVA - Concedo um aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Riva, sem falar também que esse percentual é de tudo que arrecada o Estado, todos os municípios!

Mas eu pedi o aparte, Deputado Riva, só para voltar ao início da sua fala, quando Vossa Excelência se referiu ao Senador Mozarildo. Ele sonhou com o Brasil, pensando que fosse os Estados Unidos. O que ele quis dizer na reunião, lá em Belém do Pará, é que os Estados Unidos têm uma área geográfica menor do que o Brasil, que possui cinquenta e três Estados, então, ele acha que a ocupação da Amazônia tem que ser feita através de criação de novos estados.

Ele propôs não só a criação do Estado do Araguaia, como também o Estado de Solimões e Tapajós. E todos esses três projetos receberam Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no Senado, mas só que o Senador Romeu Tuma, em um desses Estados, deu Parecer transformando em território, ao invés de Estado. E outro Senador do Amazonas, do PDT, deu o Parecer dele transformando em três territórios o Estado que ele queria criar. Então, por aí, já se vê que não tem sentido. Só a Senadora deu parecer favorável, no relatório dela, à criação do Estado do Araguaia, ao Projeto, para votação do Plenário - não me lembro de que Estado ela é, mas ela deu parecer favorável.

Então, isso nos leva a crer, Deputado Riva, que ele sonhou em... Talvez ele esteja querendo fazer uma projeção nacional, e propor isso seria uma das únicas formas, porque se fala muito hoje em Amazônia Legal e essa área, para onde o mundo todo está olhando, essa área do Brasil e dos Países que fazem parte da Amazônia Legal.

Como diz Vossa Excelência, talvez no Estado dele esteja tudo tranquilo, não tem necessidade de nada, para que ele fosse se preocupar exatamente com isso. Mas aqui ainda responsabilizo os nossos representantes no Senado por terem deixado decorrer todo esse prazo de dois anos, tramitando lá no Senado da República um Projeto de tamanha importância para nós mato-grossenses, e eles deixarem seguir até o ponto que chegou e sem ninguém falar nada.

Então, tudo leva a crer, como disse Vossa Excelência, e no pouco conhecimento que tenho, na sua fala subentendo que alguém de Mato Grosso também tem interesse nessa proposta e não teve coragem de propor uma divisão para Mato Grosso. Eu entendi muito bem a sua fala e acho que é por aí, mas acredito que, como todos nós temos na mente que o Estado tem uma dimensão continental, quase um milhão de quilômetros quadrados - nós sabemos dessa dimensão, sabemos das dificuldades que existem, não só o Araguaia como também uma grande parte do Norte do Estado de Mato Grosso... (O SR. PRESIDENTE - HUMBERTO BOSAIPO - FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Benedito Pinto - Solicito mais um aparte, apenas para concluir, Deputado...

O SR. RIVA - Vossa Excelência pode concluir.

O Sr. Benedito Pinto - Nós sabemos disso e, como eu, Vossa Excelência e outros de nós, Deputado Jair Mariano, que temos votos no Norte do Estado, sabemos que o sonho daquela região

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Norte de Mato Grosso é de um dia se tornar um Estado independente e nós não tiramos esse direito de nenhum cidadão que mora naquela região, mas também não podemos ser irresponsáveis de abraçar uma proposta que não condiz com a realidade e com a viabilidade econômica da região.

Eu creio que Vossa Excelência vai chegar ao Senado da República e, quando isso acontecer, temos certeza que poderemos levantar um estudo juntos e formar uma proposta da criação de um Estado viável.

Com o término da BR-163 até Santarém, nós podemos pegar uma grande parte do Sul do Pará, juntar ao Norte de Mato Grosso e criarmos um Estado viável para a população que lá mora.

Então, eu creio que nós vamos estar atentos, eu tenho estudos já profundos dessa parte, eu não estou só debatendo o assunto, eu estou me aprofundando no assunto, porque, naturalmente, como representante daquela região, estamos sempre sendo interrogados e nós estamos dispostos a somar dentro de um projeto viável para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado Riva?

O SR. RIVA - Eu vou conceder, nobre Deputado.

Eu quero um minuto só para eu fazer um raciocínio sobre esse aparte do Deputado Benedito Pinto.

Deputado Benedito Pinto, eu, de fato, fiquei preocupado, porque o Senador apresentou um Projeto dois dias após iniciar o seu mandato. Foi um dos primeiros projetos que ele apresentou. Achei que ele tivesse outros compromissos com Roraima, mas o compromisso maior dele lá parece realmente que foi a proposta de divisão de Mato Grosso, do Amazonas e do Pará. Mas, tudo bem...

O que me deixa de certa forma entristecido, Deputado, é que alguns políticos de Mato Grosso, que não são daquela região, vão lá fazer discurso fácil, buscar o aplauso do povo, inclusive, políticos renomados, Senadores, que foram lá e defenderam intransigentemente a divisão do jeito que está e logo: tem que ser rápida a divisão! E, de repente, muda de discurso. Começamos a ver nos jornais por aí, já a circular em Cuiabá com outros posicionamentos. Quer dizer, naquele dia, nós mantivemos um posicionamento de dizer que éramos contra a forma como se propunha a divisão, que o Projeto do Senador Mozarildo não era o ideal nem para o Norte, nem para o Araguaia e nem para Mato Grosso e nós fomos veementemente contestados - lembra disso o Presidente, Deputado Humberto Bosaipo - por outros políticos que não são daquela região, que diziam que nós queríamos era atrapalhar, que tínhamos que deixar o processo andar. Agora, começaram a recuar, começaram a mudar o discurso.

Então, é triste ver que, infelizmente, o microfone e o povo mudam o discurso das pessoas. É ruim que políticos com vinte, trinta anos de carreira ainda façam isso.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Primeiro, Deputado Riva, quero parabenizá-lo pela sua posição hoje na Comissão de Segurança Pública e Comunitária. Vossa Excelência mostrou uma posição de estadista e a sua decisão ali, junto com os demais colegas, foi uma decisão institucional. Eu quero aqui dizer do nosso apoio incontestado a isso.

Mas, eu queria mudar um pouco o enfoque do seu discurso. Eu queria perguntar para Vossa Excelência e até aproveitar a fala do Deputado Benedito Pinto: será que a divisão do Estado não passa por um descontentamento do Norte do Estado e da região do Araguaia, por falta de apoio do Governo? Será que não é interessante nós tentarmos começar a discutir em cima desse enfoque? Quando Vossa Excelência coloca que o Norte teve apoio do Governo, porque levou o Linhão, levou energia, isso não é competência da iniciativa privada e do Governo Federal e, hoje, de forma muito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

competente na Comissão de Segurança Pública e Comunitária, Vossa Excelência fez um discurso dizendo que Juara não tem polícia, Cotriguaçu não tem polícia, em Colniza a bandidagem está lá solta, porque na verdade a periculosidade está acontecendo.

Eu, Deputado Riva, entrei com uma Indicação hoje, solicitando a ampliação da escola de Cotriguaçu. Cotriguaçu tem vinte e seis escolas municipais e uma escola estadual e a única escola estadual não está atendendo a demanda e está em situação precária.

Então, o discurso dizendo que o Governo investiu no Norte do Estado é um discurso, de certa forma, para tentar cobrir a realidade, o Baixo Araguaia nem se fala...

Agora, vão culpar os Senadores porque o povo quer a emancipação, quer a separação do Estado? Vão culpar o Senador? Será que a culpa não é do Governador? Muito obrigado, Deputado.

O SR.RIVA - Eu quero agradecer o aparte do Deputado Zé Carlos do Pátio e quero dizer o seguinte: falar que o povo quer a divisão, por descontentamento com o Governo é a mesma coisa de falar que o filho quer ir embora de casa porque está brigado com o pai. Não é! Eu diria o seguinte: o sentimento da divisão, da criação do novo estado vem de há muito. Existe esse sentimento de todo o povo do Norte, do Araguaia, em função da dimensão deste Estado. Agora, que o Governo Dante de Oliveira foi o Governo que mais investiu no Norte, não tenho dúvida! Faço qualquer desafio aqui e mostro no papel que o Governador Dante de Oliveira investiu o dobro do que investiu o Senador Carlos Bezerra, quando era Governador...

O Sr. J. Barreto - Deputado Riva, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RIVA -... que foi o melhor Governador para o meu município. Faço aqui justiça, Deputado Zé Carlos do Pátio: o Senador Carlos Bezerra foi o melhor Governador para o Município de Juara, mas para o Norte foi um desastre, não fez nenhum quilômetro de asfalto, não fez nenhuma ponte de concreto, acabou com as Residências naquela época, ficou dois, três, quatro anos sem recuperar estrada. Quer dizer, descontentamento havia muito maior naquela ocasião. Eu não quero aqui jogar o descontentamento no povo e dizer que a divisão do Estado pode surgir em função desse descontentamento, em função de um sentimento brasileiro que existe de criar novas necessidades.

Eu vou conceder um aparte ao Deputado J. Barreto, daqui a pouquinho, antes só quero aqui encerrar a minha colocação.

Eu tenho certeza, Deputado J. Barreto, que a Baixada Cuiabana neste momento está torcendo que essa divisão ocorra.

O Deputado Carlos Brito foi muito feliz em suas colocações, inclusive nesse comparativo de Receita, porque o Estado mais viabilizado será, sem dúvida, Mato Grosso. O Norte e o Araguaia, são hoje, eu diria como o Deputado Humberto Bosaipo: dois patinhos feios! Arrecadam pouco, têm grandes potencialidades, mas ainda economicamente não são viáveis, e só não vê isso quem faz esses levantamentos superficiais, que pega a Receita, fala que vai arrecadar um bilhão... Isso é uma mentira deslavada! Mas nós vamos fazer o quê? A sociedade está ouvindo, nós temos obrigação de esclarecer.

Eu fico feliz que o Deputado Zé Carlos do Pátio faça a indicação para ampliação da escola de Cotriguaçu, porque talvez agora resolva, porque eu já fiz, o Deputado Jair Mariano já fez, o Deputado Moacir Pires já fez e a Bancada inteira já fez! Então, de repente, o Secretário Carlão Nascimento pode atender a Oposição, porque os Deputados de Situação ele não tem atendido. Talvez, ele atenda Vossa Excelência...

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. J. Barreto - Deputado Riva, eu não poderia deixar de vir aqui pedir um aparte a Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Eu comentava, agora há pouco, com o Deputado Humberto Bosaipo, da satisfação e do prazer de conhecer a Cidade de Sinop. Estive pela vez primeira em Sinop em companhia de Vossa Excelência e senti que o povo está feliz, mais de vinte mil pessoas compareceram em Sinop na inauguração do hospital público, inaugurado pelo Governo do Estado naquela Cidade. Um hospital com atendimento emergencial e senti que o Prefeito Nilson Leitão está gozando de um prestígio muito forte e que, além do Prefeito Nilson Leitão, com maior densidade e simpatia, é o eminente Deputado José Riva.

Com toda certeza, não senti lá a descrença naquela que é chamada até de futura "Capital do Norte do Estado", senti empolgação e entusiasmo do seu povo, porque além de receber muito bem os visitantes, eu senti que a população é altamente politizada.

(O SR. PRESIDENTE - HUMBERTO BOSAIPO - FAZ SOAR A CAMPAINHA INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O Sr. J. Barreto - Mas, para encerrar, na questão da divisão, eu que sou do Sul do Estado, quero dizer que há na Secretaria Estratégica da Presidência da República, e há muitos anos, quinze anos, um trabalho de profundidade para redivisão territorial do País inteiro! E, olha que os Estados Unidos são um País um pouco maior do que o Brasil e tem cinquenta e um estados!

O Brasil precisa, realmente, de um profundo estudo para sua redivisão, não é um estado que pode agora chegar e esquarterar, sem sombra de dúvida alguma, é preciso que se aprofunde o estudo para que o País inteiro possa passar por essa redivisão territorial, porque é o anseio do seu povo, com toda certeza. Parabéns a Vossa Excelência!

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte do Deputado J. Barreto...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo a Vossa Excelência que dispõe de dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. RIVA - Eu quero, encerrando, dizer que esta discussão da divisão, realmente, vem num momento inoportuno. Nós estamos às vésperas de um período eleitoral, mas não podemos nos omitir, fugir, dessa discussão, Deputado Jair Mariano, porque ela existe, está posta, está colocada exatamente por políticos que não são do nosso Estado, não conhecem a nossa realidade. Só que essa discussão está colocada, Deputado Amador Tut! E nós temos que discutir, não podemos fugir!

Vamos participar dessa discussão, colocando o nosso ponto de vista. E hoje mesmo nós tomamos uma iniciativa. Fizemos muitas pesquisas superficiais. Vamos fazer, Deputado Humberto Bosaipo, e eu quero pedir o apoio institucional da Casa, uma pesquisa com a maior profundidade. Nós já estamos contactando, amanhã nós vamos sentar com dois institutos, exatamente para conhecermos o que o povo pensa a respeito da divisão. E nós vamos enfocar várias alternâncias com relação à questão da divisão.

Eu encerro aqui, Deputado J. Barreto, primeiro agradecendo ao Deputado J. Barreto, ao Deputado Humberto Bosaipo e aos Deputados que têm visitado o Norte, que têm levado o seu apoio à região Norte. Eu tenho procurado fazer o mesmo em relação à região do Araguaia nessa parceria de todos os Deputados. Mato Grosso, realmente, precisa dessa integração! Nós não somos Deputados do Vale do Arinos, nem do Araguaia. Nós somos Deputados de Mato Grosso.

Vossa Excelência esteve em Sinop e pôde presenciar e ver a pujança daquele Município, que é um dos municípios mais ricos do Norte. A produção de grãos avança rumo ao Nortão. Já passou de Sinop, já passou de Teles Pires, está chegando a Tabaporã, e eu não tenho dúvida de que Mato Grosso continuará cada vez mais rico. E, se for criado o Estado, eu não tenho dúvida de que ele, também, será viável.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a troca de inscrição permitida pelo Deputado Humberto Bosaipo para que eu possa fazer um pronunciamento nesses minutos que restam do Grande Expediente, a respeito de um incidente relatado hoje pelo *Diário de Cuiabá*, na terça-feira, 13 de março de 2001, na página de Cidades, B3, titulado “Polêmica”: IPHAN e ECOSS não concordam sobre achados arqueológicos”, da lavra de Joalice Loureiro e da Editoria.

Trata-se de uma polêmica acerca da pesquisa e do patrimônio arqueológico do Estado de Mato Grosso. Essa polêmica, infelizmente, com desfecho não bom, seja com a ECOSS, seja com a IPHAN, e talvez também ruim para o patrimônio arqueológico de Mato Grosso.

E aqui estão, nas nossas galerias, os dois componentes da ECOSS que, inclusive, entregaram para o Presidente da Mesa uma cópia, um dossiê, sobre essa polêmica, a Dr^a Suzana Schisuko Hiroka e o Sr. Roque Vieira dos Santos, pessoas que conheço e com as quais eu tenho um relacionamento franco, honesto e, na medida do possível, apoiando as suas causas.

Eu gostaria de dizer que conheço a Sr^a Maria, a Sr^a Diretora, representante do IPHAN em Mato Grosso, e ouvi de todas as partes opiniões diferenciadas sobre essa polêmica. Intervim nesse assunto, inicialmente fazendo um requerimento à Secretaria de Cultura para que informasse à Assembléia Legislativa sobre a renovação do acordo celebrado entre a Secretaria de Cultura, antiga Fundação Cultural e uma Missão Francesa de Pesquisas Arqueológicas.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Secretaria de Cultura respondeu formalmente o nosso requerimento, mas não respondeu substantivamente. Até hoje eu não sei se foi renovado ou não o procedimento, o acordo com os franceses e qual o destino que foi devidamente dado ao patrimônio arqueológico resultante da pesquisa.

E, se assim eu fiz, foi porque o pessoal da ECOSS havia me colocado que existiam dúvidas e, na opinião deles, até inquietações que eles tinham quase como certeza, quanto ao trato dado pela Missão Francesa e pelo acordo em relação ao patrimônio arqueológico de Mato Grosso. E assinalavam que os franceses não apenas cumpriram o acordo devidamente, mas impossibilitavam que pesquisadores brasileiros e, especialmente, de Mato Grosso tivessem acesso às pesquisas, aos campos de pesquisas, configurando um certo monopólio da pesquisa e dos resultados da mesma.

A primeira constatação a que chego é que a atitude do Sr. Jurandir, Secretário de Cultura, que me procurou, que pediu um tempo para que pudesse relatar adequadamente - eu dei esse tempo para o Sr. Secretário - e ele não foi, vamos dizer assim, não cumpriu as suas obrigações para comigo e nem para com a Assembléia Legislativa.

Pensei em processá-lo por crime de responsabilidade, mas, depois, eu deixei transcorrer um tempo suficiente para eu ver qual seria o resultado da atitude da Secretaria em relação ao contrato com os franceses.

Fui alertado, particularmente pelo Sr. Roque, de que não teria resultado. Infelizmente, o Sr. Roque tinha razão, porque o Sr. Jurandir prevaricou e não cumpriu suas obrigações.

Independente disso o problema persistiu, os franceses continuam operando e a polêmica chegou à mídia, numa oportunidade em que as contradições se acirraram entre ECOSS e IPHAN, onde as acusações de cerceamento de direito de contratação ou de solicitação de serviços por parte da ECOSS teriam sido cerceados pela Diretoria do IPHAN.

Eu coloquei claramente, Sr. Presidente, para a ECOSS e IPHAN: primeiro, na defesa do patrimônio arqueológico, que nós iríamos até o fim e o faremos, ainda que tenhamos caído numa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

armadilha e tenhamos sido enganados; segundo, que nós defendemos o direito de que profissionais possam ter acesso ao mercado da pesquisa arqueológica, inclusive de serviços prestados, via contratação - isso é um direito de qualquer profissional. E falamos para o pessoal do IPHAN que não estaríamos endossando outras críticas que eventualmente pudessem existir, porque algumas delas exigiriam conhecimento especializado, inclusive para testar uma consultoria para fazê-lo, e eu não tinha, de que esse caso, eventualmente cerceamento de direitos, não seria tolerado da minha parte.

O IPHAN me noticiou, me entrevistou, fez questão de me procurar, e eu gostaria de registrar, foi uma conversa franca, eu digo que compreendi, falei: Olha, Sr^a Maria, do IPHAN, eu não tenho condições de dirimir certas dúvidas. Mas uma coisa é certa, esta polêmica está prejudicando o setor de pesquisa e nós precisamos resolver isso de uma forma consensual ou pelo menos que fosse razoável.

Infelizmente, o tempo está acabando e eu preciso fazer o desfecho - posso vir a abordar isso novamente - e o desfecho tem sido a polêmica aguçada, ao ponto em que a ECOSS foi literalmente compungida a entregar, mesmo mediante um contrato, um acordo, a Casa Dom Aquino, antes que ele tenha sido vencido, ou seja, eu acho que, minimamente, o IPHAN deve esclarecimento. O Secretário de Cultura deve esclarecimento, porque nós achamos que, se há erros, eu acho que não é erro apenas de uma parte e espero que numa outra oportunidade eu tenha tempo para abordar com mais profundidade o assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão as Indicações apresentadas na presente Sessão...

O Sr. Gilney Viana - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Com base no § 2º, Artigo 213, eu solicito que a Presidência me inscreva para a próxima Sessão para complementar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deferido, nobre Deputado.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em discussão as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado José Carlos Freitas ao Banco do Brasil, Agência de Várzea Grande, pela data comemorativa à sua instalação naquela cidade.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado Moacir Pires à Câmara Municipal de Cuiabá em apoio à Comissão de Vereadores que visitou o Pronto-socorro Municipal e verificou *in loco* a situação da maior unidade de saúde do Estado de Mato Grosso.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Moacir Pires aos bibliotecários do Estado de Mato Grosso, pela comemoração do Dia do Bibliotecário.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar de autoria do Deputado Campos Neto, pelo falecimento do Sr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

Antônio Hermenegildo de Figueiredo, endereçada à sua família e ao Prefeito Municipal de Acorizal.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Eliene, ao Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, à Câmara Municipal de Vereadores, extensivo aos munícipes, pela passagem da data comemorativa dos 48 anos do Município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Eliene, a todos os membros que irão compor a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Inspectores de Tributos do Município de Cuiabá - SINT, que irão tomar posse no próximo dia 16 de março de 2001, pela conquista de representantes de uma categoria de trabalhadores.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Moacir Pires, ao Secretário de Fazenda Dr. Valter Albano da Silva, solicitando os valores da arrecadação estadual no ano de 2000, dos meses de janeiro e fevereiro de 2001; os valores dos repasses feitos do FPM, do ano de 2000, dos meses de janeiro e fevereiro de 2001, de cada Município, bem como os valores atuais dos repasses dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Em discussão o Requerimento. Encerrado a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento, de autoria do Deputado Gilney Viana, à Mesa Diretora, solicitando a realização de uma Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Criação do Estado do Araguaia, em discussão no Congresso Nacional.

Nós o encaminhamos à Comissão Técnica competente, como estamos fazendo com os demais Requerimentos que solicitam audiências. Envio à Consultoria Técnico-Jurídica para as providências.

Requerimento, de autoria do Deputado José Carlos do Pátio, à Mesa Diretora, solicitando a realização de uma Audiência Pública em Rondonópolis com o objetivo de discutir a construção da sede própria e melhoria no atendimento do DETRAN ao público.

Nós o encaminhamos à Comissão Técnica competente, como estamos fazendo com os demais Requerimentos que solicitam audiências.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta ao Projeto de Lei n.º 22/01, de autoria do Deputado Rene Barbour, que dispõe sobre a doação do imóvel que menciona.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão única, Projeto de Resolução n.º 102/00, de autoria do Deputado Nilson Leitão, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Padre Karl Manfred Thaller. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Comunico aos Srs. Deputados que, amanhã, procederemos à votação dos vetos. Portanto, solicitamos ao Líderes de Bancada que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

procurem manter o *quorum* na Ordem do Dia, na Sessão de amanhã, dia 14.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu fiz um compromisso aqui com o Deputado J. Barreto. Nós vamos retirar esse Requerimento de audiência pública, mas com o compromisso de ter uma audiência com o Diretor-Presidente do DETRAN, o Sr. Mauri, para discutir esse encaminhamento, até porque é o único mecanismo que eu, como Deputado Estadual, tenho para justamente conseguir as coisas, encaminhar as coisas. Está dando resultado em Rondonópolis, através de audiência pública, porque daí chama a sociedade, chama a população, convoca, discute e a sociedade vai cobrando, vai fazendo pressão. É o caso da Entrância Especial, é o caso da Segurança Pública, da Universidade Federal, do Curso de Enfermagem... Eu quero combinar o seguinte: nós vamos retirar o Requerimento, vamos unir as forças políticas - não é Deputado? - para ir até o Diretor-Presidente do DETRAN, o Sr. Mauri, para ver se fazemos os encaminhamentos condizentes. Caso contrário, nós voltamos a colocar o Requerimento de audiência pública e colocar à disposição, em Rondonópolis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deferido.

Comunico aos Srs. Deputados que a Mesa vai encaminhar os pedidos de audiências públicas, de todos os Deputados e da Sr^a Deputada, para as Comissões Técnicas. É uma decisão que nós já tomamos desde o início da legislatura.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Eu indago se algum Deputado quer fazer uso da palavra...

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, eu até iria pedir a palavra, pela Ordem, mas, como Vossa Excelência me concedeu nas Explicações Pessoais, nós teremos até mais tempo...

Neste momento, eu gostaria, em primeiro lugar, de solicitar à Presidência que, se possível, nos fosse concedido tanto os registros da Taquigrafia, quanto a gravação da Audiência Pública que tratou do Aglomerado Urbano, realizada na tarde de hoje, com especificidade, se possível, a fala dos dois Prefeitos, de Cuiabá e de Várzea Grande, a minha fala e, também, a fala daqueles que vieram para contribuir, de fato, com a reunião que era sobre o aglomerado urbano, mas que foi transformada para fazer agressões pessoais.

Ainda quanto ao que eu gostaria de dizer, pela Ordem, deu entrada um Projeto de Lei de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro. Embora ele tenha saído, e eu nem seja a pessoa capaz de falar sobre o assunto, eu gostaria de fazer uma observação, porque esse fato já é do nosso conhecimento. Talvez, o Deputado Gilney Viana e o Deputado Joaquim Sucena tenham até mais condições de falar sobre isso, porque nós estamos criando um Projeto de Lei obrigando os médicos a determinarem que seja usado o medicamento similar.

Eu, por acaso, até procurei dias atrás comprar um remédio anti-inflamatório, porque eu sempre fiz uso desse remédio. Quando eu cheguei na farmácia, o farmacêutico exigiu taxativamente que eu levasse o similar. Eu insisti com o farmacêutico e até averigui, Sr. Presidente, porque ele estava insistindo tanto, porque é até um trabalho de implante que eu venho fazendo há muito tempo e já conheço o remédio que eu deveria tomar, porque eu tenho tomado há muito tempo, e que daria certo. O farmacêutico insistiu comigo que levasse. Eu conferi na hora de adquirir o remédio. A caixa com doze cápsulas custa doze reais e pouquinho, o outro que contém oito cápsulas custa quase dez reais. Então, por cápsula, cada comprimido é mais caro. Agora, eu disse: será que se eu levar esta caixa com dez

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

cápsulas, não terei que comprar uma outra caixa com dez cápsulas? Ele insistiu que não! Até usando-me de cobaia, eu resolvi trazer, mas não tive condições de me sustentar com aquelas oito cápsulas. Eu tive que voltar lá!

Então, nós temos que fazer uma avaliação com bastante critério, mas isso tem que ser os médicos e não eu, porque eu já fui vítima de cobaia do medicamento similar.

Por isso, o Projeto de Lei do Deputado Emanuel Pinheiro está aí, pode ser bastante importante, mas vamos ter que colocá-lo na hora oportuna para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Solicito a Vossa Excelência que encaminhe ao Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor essa questão que é muito séria.

O SR. AMADOR TUT - Pois é, mas eu acho que nós temos que começar a aprovar esse Projeto aqui, essa é nossa preocupação.

Mas, Sr. Presidente, nós também queremos nessa oportunidade, já que estamos nas Explicações Pessoais, voltar a falar na situação do nosso combustível vegetal. Aquele dia nós começamos, fizemos um requerimento, nós estamos já com a indústria instalada, tivemos até a felicidade de não estar aqui na hora, mas conseguimos novamente a liberação da patente, que chegou ao ponto do criador desse conjunto, que faz com que nós possamos usar e fazer a mistura, a que nós damos o nome de AEP-102, perder o prazo que a patente exige. Hoje, segundo os termos nacionais nossos, há um tempo para que você crie ou prove que tem um derivado, um nome, um objeto que vem a ser útil, mas tem um tempo para que possa permanecer com o direito de uso daquele produto ou torna-se de utilidade pública. Já o Estado, a Federação passa a mão e aí ele pode ou não interessar pela sua implantação ou, simplesmente, deixar qualquer um usar e pode ser usado não adequadamente e acaba tendo um caminho talvez não desejado.

Então, o criador disso, que é o Alfredo Campi, deixou ultrapassar o período de quinze anos do evento até a hora que nós instalamos a indústria.

Portanto, quando nós começamos a instalação da indústria já sabíamos que, de fato, estava vencendo a data de termos um produto de atividade, e para isso nós até fizemos uma indústria assim meio a jato, inauguramos ela sem uns determinados itens que não faziam parte do que era o AEP, mas faziam parte de outros setores, para que nós provássemos que a indústria estaria pronta antes do vencimento do direito de produzir esse produto, não só com a palavra de exclusividade, mas com a palavra seriedade, para que ele não fosse produzido aí de qualquer maneira, ou, como diz o outro, fazer os remédios de fubá e dizer que é um medicamento.

Mesmo assim, teve quem interferisse, depois de nós termos um custo de aproximadamente, do sistema alcooleiro, cinco milhões de reais, e correr e brigar em outros Estados.

Então, apareceram os interferentes do sistema e até chegaram a fazer uma proposta. No pensamento, de início, era muito convidativa, ou nós teríamos que dar mais “x” para garantir isso, ou eles dariam.

Eu pensei que seria bom até vender um negócio que ainda não tem nada. Mas, na realidade, era só conversa, só para estorvar e fazer com que nós, que já estávamos com instalações de mais de dois milhões e meio de dólares construídas, teríamos nesta hora que nos curvar e até fazer uns... daquelas maneiras escusas, que sabemos que usam por aí, mas é preferível você fazer do que perder aquele investimento que já tínhamos feito.

Portanto, nós tivemos essa felicidade, eu até não estou aqui hoje com o *Diário Oficial* que publicou a volta e a realidade de que nós podemos, de fato, ter esse produto e podemos produzir, mas voltar um dia desses, convocar toda a diretoria, da qual o João Petrônio é o Presidente, e vamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

fazer com que voltemos.

Uma das primeiras coisas que vamos precisar, e que também cabe a mim, é fazer um requerimento à Casa ou um Projeto de Lei para que o Estado autorize o uso dele no Estado, para que possamos começar a abrir os postos, começar a fazer a mistura, entregar e pôr à disposição do cidadão, porque, hoje, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, temos a permissão, dada em fevereiro do ano de 2000, com prazo de um ano, para fazer a avaliação. Infelizmente, de fevereiro do ano de 2000 a fevereiro de 2001 já venceu e nós não demos conta de concluir isso. Então, não temos esse produto testado nesse período.

O Estado do Paraná já decretou, o Estado não, a Prefeitura de Curitiba, como lá também já fizeram o teste, igual nós vimos fazendo, já decretaram, de fato, o uso das metropolitanas, obrigando que cada empresa esteja, o mais rápido tempo possível, usando pelo menos em 20% das suas frotas. E, hoje, ainda são as nossas indústrias que não entregaram o produto para o consumo de Curitiba. Mas, não será só Curitiba, não será só Mato Grosso, nós precisamos fazer com que os Estados ou só a Capital Cuiabá, porque até hoje também nós não tivemos oportunidade ainda nem de falar e nem de ter projetado como nós vamos fazer com o sistema de Cuiabá, porque aquele sistema que eu mesmo disse a vocês aqui que, para eu usar, para eu poder fazer essa mistura que estou fazendo, eu tenho que fazer aquele negócio - que é mandar uma carreta de 30 mil litros para vir com 10 litros dentro para ninguém ver que esse produto está ali. E mesmo assim tem alguns que sabem do negócio e cercam o carro na estrada e vão ver o que tem lá dentro. Eu tenho que justificar, eu não estou fazendo um negócio escuso, estou publicando na televisão aí que nós usamos isso. Agora, como eu tenho que chegar com esse produto para eu usar, tem que ser um pouco escuso da realidade, mas é porque eu não consegui essa autorização que o Estado poderia já ter dado.

Eu posso ir lá na indústria onde produz o álcool e ela faturar para a nossa empresa ou para a empresa Posto São José, para o Posto São Joaquim, embora nenhum posto de gasolina possa receber esse produto, porque ele não tem como ser vendido para terceiro e nem tem como ser utilizado para outra finalidade, tem que ser vendido onde nós vamos fazer a agregação e fazer a mistura para fazer aquilo. Nós podemos chegar um dia, um dia em que a própria indústria do AEP fizer com que a PETROBRÁS, a TEXACO, a SHELL adquiram o produto, façam a mistura e coloquem no mercado, senão não tem condições de um posto de gasolina fazer isso, porque ele não pode vender álcool anidro a não ser misturado na gasolina. E hoje, em Mato Grosso, infelizmente, nós ainda temos esse prejuízo, porque a gasolina que contém os 22% do álcool anidro é vinda já direto de São Paulo, não é nem trazido...

E uma das exigências também, Deputado J. Barreto, que nós vamos ter que fazer nesta Casa para não entrar o álcool anidro na gasolina aqui, entrar a gasolina B e nós fazermos a mistura aqui, porque ela simples, ela é insignificante e não justifica nós termos que comprar álcool em outro Estado para ser consumido no Estado de Mato Grosso, porque nós somos aqui produtores com eficiência para produzir e ainda exportar. De fato é um comércio ainda difícil, mas que nós vamos nos preparar, e, nos próximos dias, eu quero trazer aos Senhores um histórico mais completo e o que é que nós precisamos, não só dessa autorização para que nós possamos adquirir essa autorização para que a indústria possa levar ao mercado, ao consumidor e oferecer a terceiros, oferecer as outras empresas, a qualquer que seja do ramo e poder usar esse produto. E que nós façamos com eficiência, não vamos falar só em poluição, vamos falar em seguro contra o desemprego, porque aí nós vamos ter de fato. Porque não existe um Estado que tem mais potencialidade da agricultura do que Mato Grosso. Hoje, se nós voltarmos a colocar os veículos nossos em Mato Grosso, nós triplicaremos de três a cinco vezes o consumo de álcool, a produção de cana e a produção de soja. Podem ter certeza que nós mudamos, nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MARÇO DE 2001, ÀS 20:00 HORAS.

deixamos, é aquilo que o Deputado Riva, até acredito que o nosso Estado, daqui a uns dias, nós iremos ter problema de mão-de-obra e não de falta de emprego. Seria o caminho mais certo darmos condições de ter emprego.

Então, esta é a nossa maior luta, que a gente vem lutando desde 1986, parecendo até que eu quero resolver o problema do País. Mas, eu quero, se Deus quiser, deixar ao menos essa marquinha registrada, que, com certeza, vai trazer muita Receita para o Estado e muita tranquilidade para a população do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Deferido o pedido do Deputado Amador Tut. Determino ao Serviço de Taquigrafia que encaminhe ao nobre Deputado a cópia da Ata da Audiência Pública sobre o Aglomerado Urbano, principalmente as falas do Sr. Jaime Campos, Prefeito de Várzea Grande, Sr. Roberto França, Prefeito de Cuiabá e também as palavras proferidas pelo Deputado Amador Tut. E o Deputado solicita também a cópia da fita, o que esta Mesa defere.

Antes de encerrar, eu gostaria de dizer ao nobre Deputado que Vossa Excelência já deixou a sua marca no Mato Grosso, pelo seu trabalho, pela sua luta, principalmente pelo “T”.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para amanhã, no horário regimental.

Compareceram a Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Roberto Nunes, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Duda Barros; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana; da Bancada do Partido Liberal - Campos Neto; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut, Benedito Pinto, Eliene, J. Barreto, Humberto Bosaipo, Jair Mariano e José Carlos Freitas; Sem filiação Partidária - Emanuel Pinheiro.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Nico Baracat e Silval Barbosa (EM MISSÃO OFICIAL), do PMDB; Serys Shessarenko (EM MISSÃO OFICIAL), do PT.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO)

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta
Conferida por Regina Céli Arruda.